



Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e cinquenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da legitimidade e identidade do membro substituto em pasta anexa à presente Ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Rui Miguel da Costa Lamim Vieira esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de março de 2020.**
  - 2. Deliberação n.º 135/20 – Proposta n.º 26/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso público n.º 9/2020/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º Ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2020/2021.**
  - 3. Deliberação n.º 136/20 – Proposta n.º 29/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Renovação do licenciamento Microsoft – Concurso Público n.º 11/2020/DAF/DICOMP/SECOMP.**
  - 4. Deliberação n.º 137/20 – Proposta n.º 30/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Anulação do ato administrativo de aprovação das peças do procedimento e de início do procedimento: Concurso Público n.º 13/2019/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em**

- subsolo para a conceção, construção e exploração de três parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal.*
5. *Deliberação n.º 138/20 – Proposta n.º 31/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Acordo para constituição de agrupamento de entidades adjudicantes.*
  6. *Deliberação n.º 139/20 – Proposta n.º 32/2020 – DAF/DICONT - 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 4.ª Alteração ao Plano de Atividades – Ratificação.*
  7. *Deliberação n.º 140/20 – Proposta n.º 33/2020 – DAF/DICONT - 5.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 4.º ao Plano Plurianual de Investimentos.*
  8. *Deliberação n.º 141/20 – Proposta n.º 34/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal.*
  9. *Deliberação n.º 142/20 – Proposta n.º 35/2020 – DAF - Ratificação das Medidas de Apoio ao Comércio Local - COVID-19.*
  10. *Deliberação n.º 143/20 – Proposta n.º 06/2020 – DCIRT/DITUR – Proposta de Adesão do Município de Setúbal à RPM - Rede Portuguesa de Moinhos e à TIMS – The International Molinological Society no âmbito do Moinho de Maré da Mourisca.*
  11. *Deliberação n.º 144/20 – Proposta n.º 07/2020 – DCIRT/DITUR – Proposta de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação da Baía de Setúbal para a gestão da utilização da ponte-cais do Portinho da Arrábida e dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida e do Parque Marinho Luiz Saldanha.*
  12. *Deliberação n.º 145/20 – Proposta n.º 07/2020 – GAF - Aditamento à Proposta 1A-GAF-2017-Acordo de Execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião.*
  13. *Deliberação n.º 146/20 – Proposta n.º 08/2020 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal, a Freguesia de S. Sebastião e a Freguesia de Azeitão.*
  14. *Deliberação n.º 147/20 – Proposta n.º 03/2020 – DAAE/SEMBEA – Protocolo de colaboração entre o Centro Hospitalar de Setúbal (Hospital Ortopédico de Sant’Iago).*
  15. *Deliberação n.º 148/20 – Proposta n.º 44/2020 – DCDJ/DIJUV – Pousada de Juventude de Setúbal – Alteração da tabela de taxas.*
  16. *Deliberação n.º 149/20 – Proposta n.º 12/2020 – DES/DIGEPE - Apoio financeiro à Associação de Pais da EB Brejoeira.*
  17. *Deliberação n.º 150/20 – Proposta n.º 13/2020 – DES/DIGEPE - Protocolo entre o Município de Setúbal e a Direção-Geral de Política do Mar no âmbito do Programa Escola Azul.*

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu gabinete e do Departamento de Urbanismo

(licenciamentos), conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 6 a 8.

- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- c) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, do mapa relativo aos despachos proferidos no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, sob o registo n.º 10.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sra. Presidente** – Informou que o Sr. Vice-Presidente estava a assistir à reunião de câmara a partir de casa, por videoconferência.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que já tinha sido publicado o despacho de autorização de despesa por parte dos vários membros do governo, desde as finanças às autarquias locais, à área da saúde, que autorizava o desenvolvimento do projeto da construção do novo Centro de Saúde de Azeitão. Essa era a peça chave que faltava, para a assinatura do contrato programa e para a Câmara poder iniciar o processo para lançar o concurso público. Aproveitou para valorizar a articulação que tinha existido e o papel que o concelho de administração da ARSLVT tinha tido naquele processo, para assegurar a construção daquele centro de saúde.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o Partido Socialista se congratulava com o teor do despacho. Era um equipamento que todos ansiavam, nomeadamente a população de Azeitão. Existiam momentos que se deviam valorizar o que era mais importante e aquela tinha sido uma medida muito importante.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que ia deixar à consideração do Executivo e da Sra. Presidente, um documento elaborado pelos Vereadores do Partido Socialista. Esperavam que aquele fosse um contributo que trouxesse algumas soluções para colmatar aquela crise que todos estavam a passar pela primeira vez. Aquele documento tinha duas dimensões, uma ao combate propriamente dito e outra no esforço que deveria ser conjunto de medidas de apoio às famílias e às empresas. Naquele sentido, os Vereadores do partido socialista reiteravam total solidariedade e disponibilidade para apoiar e votar favoravelmente todas as medidas que visassem o combate à pandemia do Covid-19 no Concelho de Setúbal. O Partido Socialista e os seus Vereadores reiteravam, também, o apoio incondicional a todas as medidas que estavam a ser implementadas pelo governo e pela Câmara Municipal de Setúbal, saudavam os esforços que estavam a ser feitos a nível nacional e local. Quiseram demonstrar, uma vez mais, a sua disponibilidade para apoiar e colaborar em algumas situações que precisassem de ser afinadas. Tinham ouvido a Sra. Presidente, enquanto coordenadora distrital, queixar-se da falta de presença do representante da saúde. Para além da missiva que a Sra. Presidente tinha feito chegar ao Ministério da Saúde eles também tinham entrado em contacto com o Ministério da Saúde, reforçando essa falha. No contexto do estado de emergência e perante um desafio impar que a todos os convocava, os Vereadores do Partido Socialista e o Partido Socialista, pretendiam contribuir com soluções.

Apresentavam à Sra. Presidente, dezassete medidas que consideravam urgentes para Setúbal e para os setubalenses.

A primeira tinha a ver com a suspensão até ao dia 30 de setembro de 2020, dos cortes de água por parte da empresa Águas do Sado. Pensava que a Câmara já estava a fazer esse esforço, mas eles realçavam a importância dessa medida até ao dia 30 de setembro de 2020. Depois, a isenção do pagamento das taxas de resíduos vertido na fatura da água, como receita da autarquia, nos meses de março a junho de 2020, para as micro, pequenas e médias empresas dos setores da restauração, hotelaria, comércio e serviços, bem como para as entidades do setor social e movimento associativo do concelho. Essa era uma receita da autarquia, naquela fase, naqueles meses em que as coletividades tinham as suas sedes fechadas e em que aquelas empresas estavam fechadas, não fazia sentido a Câmara Municipal de Setúbal estar a cobrar aquela receita.

Era importante que a Câmara Municipal de Setúbal negociasse com a empresa Águas do Sado para uma isenção do pagamento das taxas de saneamento, para aquelas entidades que ali tinha referido. Não fazia sentido, estando aquelas entidades de portas fechadas, que a Águas do Sado cobrasse taxas de saneamento.

Ainda no âmbito daquela negociação, apelavam à Sra. Presidente para que fosse feita uma negociação com a empresa Águas do Sado, para que pudesse existir uma isenção do pagamento da fatura da água nos meses de março a junho de 2020 para as entidades do setor social e para o movimento associativo do concelho.

A isenção de todas as taxas de utilização de via pública, como esplanadas, toldos, bancas e quiosques, até 30 de dezembro de 2020. Aquelas empresas do concelho de Setúbal, não iam conseguir nos meses seguintes ao estado de emergência recuperar totalmente aquela crise em que estavam naquele momento mergulhadas. Era importante que a Câmara Municipal de Setúbal tivesse uma medida que fosse muito além daquela que ia ser apresentada na ordem de trabalhos da presente reunião. A isenção do pagamento de todas as taxas de utilização de via pública, como esplanadas, quiosques, toldos, bancas, até 31 de dezembro, iria ser bastante importante para aquelas empresas do concelho de Setúbal.

Também tinham como proposta a isenção das taxas administrativas para os setores da restauração, hotelaria, comércio e serviços também até dezembro de 2020.

A suspensão do pagamento das taxas de publicidade durante os meses de março a dezembro de 2020.

No âmbito de apoio às famílias, a suspensão do pagamento das rendas habitacionais dos bairros municipais, nos meses de abril a junho de 2020, como medida de saúde pública e de proteção em relação à deterioração de rendimentos. Naquele período deveriam ser reavaliadas as rendas de todas as pessoas que o solicitassem, por terem tido redução de rendimento e as rendas suspensas deveriam depois ser diluídas nas 12 mensalidades seguintes entre julho de 2020 e junho de 2021.

No apoio ao comércio, tinham uma proposta que colocavam à consideração do executivo, da isenção das rendas não habitacionais, nos meses de março a junho de 2020.

A suspensão dos despejos na habitação municipal até 30 de setembro de 2020.

A criação de um gabinete de apoio às micro, pequenas e médias empresas nos setores da hotelaria, restauração, comércio e serviços. Esse gabinete poderia ser criado pela Câmara Municipal, ou então um acréscimo aquilo que já existia, mas que não funcionava como deveria funcionar. Pretendiam que a Câmara Municipal de Setúbal pudesse ser um ponto focal junto das empresas do concelho de Setúbal, no sentido de as ajudar a recorrer às várias medidas que o governo já tinha lançado. Elas eram muitas e a informação também era muita e dispersa, e esse gabinete poderia ter uma importância, junto das empresas, para lhes explicar e ajudar a recorrer a alguns apoios. Recordou um dos apoios, que poucos os restaurantes do concelho de Setúbal tinham conhecimento, existia uma linha de apoio para reforçar a tesouraria, consubstanciava em 750€ por trabalhador x 3 meses, era um apoio que tinha sido dado pelo IAPMEI e que não tinha juros. Era um empréstimo que seria reembolsado em 4 anos, com 12 meses de carência. Seria importante aquelas empresas serem ajudadas, através da Câmara Municipal de Setúbal, canalizando-as para aqueles apoios que o governo tinha vindo a divulgar e que eles, localmente, tinham essa obrigação de ajudar essas empresas.

h

A criação de uma linha de financiamento e apoio, por parte da Câmara Municipal de Setúbal, aos agrupamentos escolares que identificassem necessidades ao nível de recursos tecnológicos. As escolas tinham vindo a colmatar, o próprio Ministério de Educação já tinha feito esse levantamento, mas pensava que a Câmara Municipal de Setúbal, podia também dar uma ajuda. Aquele não era o momento de olharem em termos políticos e em termos de posição ideológica sobre quem deveria ali ter um papel, pensava que todos eles tinham que caminhar no mesmo sentido e a Câmara Municipal de Setúbal, localmente, deveria ter esse papel, como bem tinha tido, no combate e na prevenção à pandemia. As medidas que a Câmara Municipal tinha tomado e muito bem, relativamente à prevenção daquela pandemia deveriam também estar vertidas em medidas de apoio às famílias e às empresas.

Também seria importante, a criação de um programa de apoio financeiro de emergência às associações, que permitisse aos clubes desportivos, recreativos e culturais sobreviverem a um contexto de suspensão das atividades e do encerramento das suas sedes sociais, com a perda da correspondente receita.

A criação de um gabinete de emergência com as IPSS's que tinham respostas sociais dirigidas a setores mais vulneráveis da população, pessoas idosas, crianças, jovens em risco e cidadãos portadores de deficiência. Poderia também ser importante, em conjunto e remando todos no mesmo sentido, canalizarem ali uma serie de apoios e de meios que iam faltando a algumas daquelas instituições.

Disponibilização de subsídio para as IPSS's, associações e entidades que geriam locais onde era fornecida alimentação a pessoas em situação de sem abrigo, que permitisse fazer face ao aumento da procura e à dificuldade de manter os circuitos de apoio e abastecimento habituais. A Câmara Municipal de Setúbal, tinham ali também uma palavra a dar, àquelas associações e ao esforço que elas estavam a fazer.

O governo estava a fazer um esforço enorme na regularização e na antecipação de pagamentos das faturas às empresas. Tinham como proposta, também, a antecipação e regularização do pagamento de faturas a fornecedores e prestadores de serviços, que se enquadrassem na qualidade de empresários em nome individual, micro, pequenas ou média empresas. Aquelas empresas tinham prestado um serviço à Câmara Municipal de Setúbal e naquele momento difícil, que todos estavam a passar, Sra. Presidente, a Câmara Municipal de Setúbal, deveria fazer ali um esforço, no sentido de antecipar e regularizar o pagamento das faturas aqueles fornecedores.

Por fim, a elaboração de um plano para testagem ao Covid-19 a todas as pessoas em situação de sem-abrigo de Setúbal. Muitas outras câmaras municipais estavam a fazê-lo, estavam juntos dos seus munícipes e, portanto, aquele não era o momento de ficarem escondidos, atrás de pensamentos ideológicos, aquele não era o momento de fazerem política, aquele era o momento da Câmara Municipal de Setúbal, através da Sra. Presidente, atuar, agir, como tinha estado a agir, a atuar e bem, nas medidas de prevenção e de combate àquela pandemia. Estavam ao lado da Câmara Municipal de Setúbal, eram solidários e reviam-se nas medidas que tinham estado a ser tomadas pela Câmara Municipal de Setúbal, relativamente à prevenção, tinham sido tomadas medidas importantes, mas era preciso que fosse dado um passo mais. A Câmara Municipal de Setúbal, tinha ali um papel, naquele esforço conjunto para que todos tinham sido convocados. O governo, as instituições, as empresas, as câmaras municipais. Muitas câmaras municipais pelo país estavam a seguir naquele sentido. Esperavam que a Câmara Municipal de Setúbal analisasse aquelas propostas e que as concretizasse. A proposta apresentada pelos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, naquela Câmara Municipal, constituía um pacote de 17 medidas, pragmáticas, exequíveis que urgiam ser concretizadas pela autarquia no combate à crise e ajuda social, à economia, às famílias e às empresas.

Deixavam aquele documento, 17 medidas urgentes para Setúbal e para os setubalenses e azeitonenses, como forma de trabalho e de análise para que aquelas medidas pudessem vir a ser acolhidas pela Câmara Municipal de Setúbal.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que queria dar algumas notas sobre aquele tema, não sobre as propostas do Partido Socialista, mas sobre o andamento do trabalho. Estavam à cerca de mês e meio a trabalhar na preparação do combate à pandemia. Esse trabalho tinha levado à criação de um conjunto de mecanismos de soluções organizativas e projetos para dar resposta à pandemia em vários patamares. Tinha sido acionado o estado de emergência nacional, tinha sido acionado o estado de emergência distrital, antes do estado de emergência nacional e distrital, tinha sido acionado o estado de alerta municipal e o plano de emergência municipal e nesse quadro, iniciaram quando decidiram o estado de alerta, um quadro de ações. Essas ações tinham 3 linhas fundamentais. Na primeira linha, estavam num estado de emergência sanitário, quem conduzia e quem dirigia o combate e quem definia as orientações era a saúde. Era assim para Setúbal e era assim para o país inteiro. A eles cabia-lhes encontrar as respostas às solicitações da saúde, que tinham sido muitas e tinham respondido e criado mecanismos de relacionamento, que estavam a funcionar em pleno, com o sistema de saúde. Havia cerca de 10 ou 12 dias que tinha chegado o sistema da segurança social. Outra linha de trabalho era responder aos danos colaterais da pandemia. Sobretudo as questões da pobreza, as questões da falta de alimentos e de perda de rendimento. E a última linha era garantir o funcionamento, na medida do possível, do Município de Setúbal, na resposta aos seus munícipes. Em relação o Município de Setúbal, podiam dizer que tinham mantido um funcionamento muito importante, quer de trabalho presencial dos seus trabalhadores, quer em teletrabalho. Os dados do dia anterior, por exemplo, no trabalho operacional tinham tido quinhentos e quarenta e sete trabalhadores, em teletrabalho quinhentos e sessenta e seis trabalhadores, de baixa, por doença, cento e vinte sete trabalhadores, de reserva eram pessoas que tinham turnos rotativos, quatrocentos e doze trabalhadores, noutras situações doze, num total de mil seiscentos e sessenta e cinco trabalhadores. A máquina municipal estava a trabalhar em pleno, nas condições objetivas que tinham sido criadas para a máquina municipal e com uma resposta surpreendente em todos os níveis, quer no operacional, no administrativo e no técnico.

Tinha sido criado o plano de contingência municipal e um grupo de trabalho dos diretores de departamento que acompanhavam diariamente a atividade da Câmara, a resposta municipal à pandemia. Todos os dias às 9h30 da manhã, todos os diretores reuniam, avaliavam a situação, decidiam medidas e desenvolviam o seu trabalho. No plano distrital tinha sido criada a subcomissão de proteção civil distrital que reunia todos os dias e todos os dias articulavam as respostas a nível distrital. Tinha existido uma falha da saúde, que ainda não estava completamente resolvida, naquele dia, finalmente na comissão distrital, tinha aparecido a saúde, mas tinha sido um prejuízo grande a ausência da saúde na coordenação distrital e era um prejuízo inaceitável, tendo em conta que estavam em estado de emergência sanitária e a saúde tinha que estar nos órgãos decisórios fundamentais no combate à pandemia. Naquele dia, finalmente tinha aparecido e ficou decidido que a partir do presente dia iria existir uma articulação distinta, mas tinha estado um mês fora de todo o processo e tanto como tinham conseguido perceber, estava fora de muitos aspetos essenciais do trabalho que no terreno se estavam a passar. De qualquer maneira, tinha sido iniciado o processo de articulação. Em simultâneo, foi desenvolvido um conjunto de reuniões, cento e oitenta e três reuniões, naquele período, com diversas entidades e instituições. Das reuniões mais relevantes, deu nota da reunião com o Centro Hospitalar de São Bernardo, mas sobretudo com última reunião que tinham feito de articulação das unidades hospitalares de São Bernardo, Luz e Arrábida. Naquela reunião, tinha sido possível encontrar soluções de retaguarda para o Hospital de São Bernardo, que era o Hospital Covid, a nível nacional assim indicado e que tinha muitas camas ocupadas com outras valências que necessitava de libertar. Tinha sido conseguido com o Hospital da Luz, encontrar soluções para recolher e receber pessoas da área da psiquiatria, que ocupavam uma área grande do hospital e também da área cirúrgica, sobretudo na zona do recobro e de cuidados intensivos, libertando camas e instrumentação para processo Covid. Ao nível do Hospital da Arrábida, existiam 17 pessoas acamadas que procederam do Hospital de São Bernardo, dado tratarem-se de casos especiais, ou seja, tinham sido altas médicas que ninguém tinha ido buscar, eram pessoas idosas e fragilizadas. Já se tinha encontrado

uma solução para 5 pessoas, que eram autónomos e as outras 12 pessoas, que necessitavam de cuidados médicos, ainda estavam a cargo do Hospital da Arrábida. Existia uma articulação que estava a ser feita, por iniciativa do Município, com o sistema de saúde, na ausência de uma coordenação e articulação, no nível da saúde que devia ter feito aquele trabalho. Em simultâneo estava a trabalhar na constituição de um hospital de retaguarda, no Instituto de Emprego e Formação Profissional e que estava em preparação todo o trabalho de instalação desse hospital de retaguarda, tinha atrasado um pouco, porque eles estavam a tratar de uma obra relacionada com o aquecimento e aquelas medidas que tinham tomado com o Hospital da Luz e com o Hospital da Arrábida, tinham sido medidas intermediárias que resolviam as necessidades imediatas. O Hospital de São Bernardo não estava lotado, não estava asfiziado, não estava com problemas muito graves, podia dizer que de momento em Setúbal, não estava ninguém internado com Covid, tinham estado 3 pessoas, mas já tinham tido alta, tinham de momento 44 pessoas que estavam a ser acompanhadas, pelo hospital e pelo município de Setúbal, foram encontradas soluções de levar medicamentos, comida e acompanhar aqueles casos. Conheciam os casos, as moradas, estavam a acompanhá-los diretamente. Aquele trabalho estava a ser feito em profunda articulação com o sistema de saúde, com a segurança social e com os serviços municipais. Tinham sido criados havia um mês dois grupos de trabalho muito relevantes. O primeiro grupo de trabalho tinha a ver com o alojamento, com todas as unidades hoteleiras de Setúbal. Para a Segurança Social eram precisas unidades hoteleiras com pelo menos 50 camas. Eles selecionaram e reuniram com todas as unidades hoteleiras, foram disponibilizados todos os hotéis, já tinham sido visitados todos os hotéis indicados pela segurança social e pelo sistema de saúde, foram identificados, vistas as condições e validados, naquele momento tinham quase mil camas disponíveis para retaguarda do sistema de saúde em Covid negativo, ou seja, pessoas não infetadas. Em relação aos lares, que era uma das respostas mais complexas, o que tinha sido decidido, em articulação com o município, saúde e segurança social, era que as unidades hoteleiras seriam retaguarda dos lares, no caso dos idosos negativos. Sendo que os positivos manter-se-iam nos lares, que seriam desinfetados e as pessoas distribuídas e acompanhadas, nos casos não graves acompanhadas em casa, nos casos graves iriam diretamente para o hospital. Aquela linha tinha lhes permitido ter para as forças de segurança, para a Cruz Vermelha, para os Bombeiros, a GNR, a PSP, para os trabalhadores daquelas áreas em retaguarda, instalados no Quartel do 11, por exemplo, porque não queriam ir a casa por causa das famílias, face à sua atividade, estarem protegidos naquelas unidades hoteleiras ou também na Casa do Largo - Pousada da Juventude. Portanto, existia um processo de trabalho que permitia que quando aparecesse a necessidade de resposta, essa era dada de imediato, na hora seguinte, isso era muito importante muito relevante. Naquele momento sabia que a maioria dos municípios estavam a começar a fazer o levantamento e a começar a fazer os contatos, numa base de trabalho que poderia apontar para 2.600, 2.700 camas, no conjunto do Distrito, ali o trabalho estava feito.

Tinham criado um grupo de trabalho de base alimentar. Tinham criado um pacote, que tinha sido discutido ao pormenor com a Segurança Social, com a Saúde e com as unidades que forneciam alimentos, as unidades de abastecimento alimentar, tinham reunido com todas as unidades, naquela sala e todos tinham revelado disponibilidade para apoiar. Decidiram reservar 10% de toda a sua capacidade de resposta para a crise, foi decidido entre eles que quem fornecia diretamente seria o Recheio, todos entregavam os produtos no Recheio para o consumo de pessoas que tinham mobilidade e que poderiam lá ir diretamente comprar. Para os que não tinham mobilidade existia um armazém, no Corpo de Bombeiros Sapadores, em que os voluntários iam buscar os alimentos e faziam a sua distribuição. Esse grupo alimentar, para além das unidades abastecedoras, englobavam as juntas de freguesia, a Caritas, a Cruz Vermelha. Aquelas entidades tinham voluntários e tinham a rede definida com a Segurança Social, caso a caso, para o apoio às pessoas. O primeiro apoio era feito através das entidades que davam esse apoio nas linhas já existentes e quando essas linhas fossem esgotadas, eram reforçadas em apoio alimentar daquela forma. Aqueles casos que estavam fora das regras básicas da Covid e que eram exclusivamente questões de ordem social, isso



era, perda de rendimentos, teriam apoio na mesma. Naquele momento tinham um conjunto de cabazes, de bens essenciais requisitados que tinham sido entregues e tinham fornecido milhares de refeições às pessoas que o tinham solicitado. Em apoio direto, tinham naquele momento, quase duzentas famílias. A ideia deles era que podiam subir e estavam preparados para responder até cerca de 3.000 famílias. Aquele trabalho tinha sido feito com tempo e estava a ser capaz de responder a cada momento às necessidades que iam surgindo. Até àquele momento não tinha existido nenhuma falha de abastecimento. Existia uma linha de apoio específica, que era a linha de apoio alimentar, a que as pessoas se dirigiam, nada era perguntado às pessoas, o nome era registado e depois a área social iria avaliar as condições, fazer o encaminhamento necessário, se existia resposta ou se era necessária uma resposta diferenciada, fora da caixa, e essa resposta seria dada de imediato. Em relação àquele conjunto de medidas, elas estavam a funcionar, com uma grande celeridade e com uma articulação muito profunda, com todas as entidades envolvidas e com uma questão muito relevante, o Município de Setúbal não se sobrepunha a nenhuma das entidades que estava no terreno. Estava no apoio, na retaguarda, a apoiar, a dinamizar, a envolver e a garantir que as estruturas que estavam no terreno, maximizavam todas as suas capacidades. Aquela tinha sido a lógica definida por eles e era a lógica que estava a ser assumida e que estava a ser aceite naquele momento e aplicada por todas as diferentes entidades.

A breve prazo iam também ter, no dia 15 de abril, um espaço de testes na Escola dos Arcos. Aquele local tinha sido escolhido pela saúde pública, dentro de vários espaços que tinham encontrado, considerando que aquele seria o espaço que oferecia melhores condições. Tinha sido feita uma parceria com o Grupo Germano de Sousa, que tinha um protocolo com a Segurança Social e com a Saúde Pública e que iria fazer os testes. A divisão de tarefas seria simples, o laboratório fazia os testes e encaminhava-os para os sítios certos. Quem iria fazer os testes seriam só pessoas encaminhadas pelo sistema de saúde. A Câmara Municipal de Setúbal iria ceder o espaço e garantir o apoio administrativo, juntamente com Palmela e Sesimbra e o ACES Arrábida iria garantir a segurança, limpeza e desinfeção adequada.

Aquela iniciativa não era uma iniciativa da câmara, não estava como alguns municípios, em bicos de pés, a inventar centros de testes, eles tinham criado um espaço, que a saúde tinha necessitado, que o hospital tinha necessitado e que era uma extensão do Covidário do hospital. O hospital fazia os seus testes, precisando de mais espaço aquele seria um novo espaço. Aquela parecia-lhes ser a linha correta de trabalho que era a resposta às necessidades concretas de quem sabia aquilo que era necessário ser feito.

Para a fase da Páscoa tinham decidido fechar todos os parques de merendas, com letreiros e em articulação perfeita a nível local, com a PSP, com a GNR, esse era trabalho muito importante e estava a ser desenvolvido no terreno. Também com os Trilhos da Arrábida havia uma particular preocupação com aquela romagem habitual que partia de Azeitão e que subia a serra com milhares de pessoas. Estavam a fazer um trabalho muito particular para desmotivar as pessoas a fazer esse tipo de atividade.

Em relação as questões mais genéricas, mantinham cento e quarenta e sete unidades de fornecimento de alimentação a funcionar em *take away*, existia um grande esforço das unidades de alimentação fazerem isso, restaurantes, cafés, era também uma questão muito relevante que estava a acontecer. A par disso estavam a resolver os problemas de socorro, tinham tido mais de trezentas ocorrências de socorro. Tinha também, naquele momento, nas escolas o apoio alimentar de retaguarda para os filhos dos profissionais deles que necessitassem daquele tipo de apoio. E tinha sido feito um esforço muito grande de esclarecimento e de informação à população. Recebiam por dia entre 400 a 500 emails, aos quais tinham estado a responder, tiveram um pico de consultas no site da Câmara de cerca de novecentas mil pessoas, com quatrocentas e cinquenta mil interações. Tinha sido capaz de acalmar as pessoas, ajudar e esclarecer, tinham sido criadas várias linhas de apoio, estavam a tentar ir tão longe quanto possível e no site da Câmara estava uma lista de todas as ações que tinham decidido, não ia estar ali a falar nelas, pensava que toda a gente as conhecia, eram iniciativas relevantes para o andamento do trabalho.



4

Em relação à proposta colocada, deixava uma pequena nota. Relativamente à suspensão até 30 de setembro dos cortes de água, estava decidido pela Câmara Municipal de Setúbal e a Águas do Sado que até aquilo durar não ia haver cortes, essa questão estava resolvida. Em relação às taxas de via pública, também estava resolvido, tudo o que estava encerrado e que tinha que pagar taxas de via pública, não estava a pagar essas taxas.

A negociação com a Águas do Sado, era mais complexo, era um assunto que tinha que ser estudado, porque algumas coisas resultavam em supressão de rendimento da Águas do Sado.

As suspensões das rendas não habitacionais estavam suspensas e as habitacionais o que estava decidido era que quem não pudesse pagar, não pagava e não tinha qualquer sanção por isso, pagaria quando pudesse, quando aquilo acabasse, se houvessem outras medidas de agravamento da situação podiam sempre encarar outras hipóteses. Era preciso que se soubesse que era uma regra daquele município, desde sempre, que existia um ajustamento imediato da renda ao rendimento. Portanto sempre que a pessoa baixasse o rendimento informava a Câmara e a renda ajustava-se ao rendimento e se uma pessoa não tivesse qualquer rendimento faziam uma moratória e a pessoa mantinha-se na sua casa e tinham um prazo para avaliar com ela a situação, nunca ninguém tinha tido problemas com isso, a moratória que tinham criado era que quem não podia pagar, não pagava e mais à frente analisavam a questão e até à data não tinham tido nenhuma reclamação, até tinham tido situações interessantes, tiveram pessoas que tinham dito que queriam mesmo pagar, porque não queriam acumular. Tinham rendas relativamente baixas, o número de rendas mais altas era muito restrito, e tinham quinhentas rendas mínimas, com rendas mínimas falava de um quarto das rendas deles, que andavam à volta dos 5 euros e aquelas rendas em geral eram associadas a rendimento social de inserção que não reduzia, aquela era uma questão que já estava tratada.

Em relação aos despejos, também estava resolvido, existia uma lei que impedia os despejos. Tinham recebido muitas reclamações de munícipes que pediam orientação à Câmara porque iam ser despejados e eram informados para chamarem a polícia, porque os senhorios não os podiam despejar e as pessoas eram isso que estavam a fazer. Portanto aquela questão estava mais que resolvida.

Em relação ao apoio global às empresas, existiam medidas do governo e eles estavam a ajudar a fazer esse encaminhamento através do gabinete deles, de apoio ao empresário.

Em relação às questões dos apoios tecnológicos, pensava que o Ministério da Educação estava a tratar dessa questão e bem, eles estavam a dar outro tipo de apoios.

Em relação ao gabinete de emergência com as IPSS's, era uma desnecessidade, isso estava montado, tinham naquele momento uma relação profunda com a Segurança Social e estavam todas as IPSS's envolvidas em todos os processos com eles e com a Segurança Social, em primeira linha a Segurança Social e na segunda linha, todas as outras entidades, porque aquela era uma relação preferencial da Segurança Social e até ao presente não tinham tido nenhum problema, que lhes tivesse sido reportado que não tivesse tido solução, portanto estavam a resolver o assunto.

Para concluir em relação aos sem abrigo, estava no mesmo patamar, tinham o NPISA que estava a funcionar e que estava a fazer o seu trabalho no terreno, não iam inventar soluções, existiam vários municípios que de repente tinham disparado a inventar soluções, eles não estavam a inventar soluções, estavam a trabalhar com soluções que existiam, apoiando-as para elas serem capazes de responder bem aos problemas. A opinião da Segurança Social e da Saúde era que até aquele momento estava perfeito, estavam a trabalhar bem.

Em relação ao apoio à economia, com a libertação do tribunal de contas de dois empréstimos que tinham chegado, iam injetar na economia três milhões e tal de euros de imediato. Eram coisas que iam pagar, que iam fazer andar, eram obras que iam arrancar e que iam ser injetadas na economia de imediato.

Não lhe parecia que houvessem ali coisas muito complexas para resolver. O Comandante Distrital da Proteção Civil solicitava insistentemente a outros municípios que olhassem para a

experiência de Setúbal. Existiam outros municípios que só naquele momento estavam a começar a fazer o que eles tinham feito acerca de um mês e que estava a funcionar.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que, no momento em que era afirmado que não era o momento de fazer política, que não eram questões ideológicas que estavam presentes, gostava que todos os vereadores ali presentes olhassem para a ata que estava ali proposta para aprovação e vissem qual tinha sido a declaração do Partido Socialista na última reunião. No seguimento daquela ata, o Partido Socialista tinha publicado nas redes sociais, que apoiava tudo, tudo, tudo, estavam com todas as iniciativas da Câmara, tais como a redução ou a isenção do deferimento de taxas, rendas entre outra que fossem adotadas pela autarquia, quando o Partido Socialista, na última reunião não tinha dito uma palavra sobre isso, estava na ata. E se fosse necessário, o Sr. Vereador Paulo Lopes que tinha feito a intervenção do Partido Socialista, que naquele dia não estava ali presente, diria se estava ou não de acordo com aquelas palavras. Ele tinha achado muito estranho com o que tinha lido nas redes sociais.

Cingiu-se às questões que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal já tinha referido, quem dirigia e quem tinha que dirigir na área da saúde era a autoridade de saúde, era ela que tinha que dirigir no município, o que devia ser feito, quem eram as pessoas que deviam fazer testes, quais as respostas que teriam que haver e o papel do município era dar todo o apoio a todas essas soluções, indo para além das suas competências e daquilo que era até sua capacidade.

Aproveitou para valorizar as quatro técnicas do departamento de educação e saúde, que iriam estar na linha da frente, a fazer apoio administrativo, que devia ser feito pelo laboratório responsável pelo centro de testes à Covid-19, deveria ser ele a assegurar aquele atendimento, com as ferramentas do laboratório. Valorizava a coragem daquelas funcionárias, que não eram funcionárias da área da saúde e que iriam estar expostas, na linha da frente, em contato com as pessoas potencialmente infetadas. Não estavam a falar de um outro tipo de atendimento público, estavam a falar de um atendimento público a uma população concreta, valorizava não só as funcionárias do Município de Setúbal, como as funcionárias do Município de Sesimbra e de Palmela.

Valorizou também, o esforço que todas as escolas e agrupamentos estavam a fazer, nas respostas sociais, que estavam a ser dadas e nalgum apoio às famílias, num momento em que existia alguma indefinição sobre o que seria aquele ano letivo.

Revelou que todos os dias lhes chegava um conjunto de propostas, que era assinalada como cooperação com o município, no âmbito da educação. Podia dar um exemplo de uma dessas propostas de cooperação, que era acompanhada de uma tabela de preços, de quinhentos euros, trezentos euros, de material eletrónico, em cooperação venderem ao município, para o município entregar às famílias. Também tinham pacotes de fornecimento de internet, como se naquele momento, houvesse algum cabimento, no seio das medidas de emergência que estavam a ser colocadas, que eram de saúde pública e de apoio às famílias e de recuperação à economia, que os recursos dos municípios, que estavam a ser utilizados naquilo que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha descrito e em muitas outras coisas, fossem encaminhados para resolver problemas económicos, acreditava que fosse, num conjunto de grandes grupos económicos da área da grande distribuição da área das comunicações, quando o próprio Ministério da Educação já tinha dado nota para não nos metermos em aventuras, porque estávamos a estudar e a ver o que tinham que fazer. Naquele sentido, o Ministério tinha enviado um inquérito para os municípios, que o Município de Setúbal, entretanto já tinha respondido, com perguntas sobre dados que os municípios não conseguiam ter. Saber, por exemplo, quantas famílias do município não tinham acesso à internet, claro que o município não tinha dados para dar uma resposta a essa questão.

Existiam momentos em que era necessário ter uma determinada maneira de estar e uma forma de fazer política, que era sempre fazer política, que era muito importante, existiam momentos que existia um apelo para a chamada de todos para a procura dessas soluções. O que tinha acabado de ser feito, procurando ignorar o que já estava a ser feito, era colocar

naquele executivo um conjunto de responsabilidades que em primeira linha estavam naqueles que decidiram por exemplo não atribuir o subsídio aos pais que tinham que ficar com as crianças no período de férias das crianças. Aqueles que tinham decidido que os pais tinham que ficar em casa com as crianças a receber 65% do rendimento, que no período de férias escolares, em que as famílias não tinham ATL's, não tinham qualquer resposta social, para acompanhamento das mesmas crianças, aqueles que tinham decidido não atribuir aquele subsídio iam ali colocar na responsabilidade do executivo da Câmara Municipal de Setúbal a solução para tudo e para mais alguma coisa.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que não se queria alongar até porque quer a intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que aproveitava na sua condição para saudar todos aqueles que numa linha da frente tinham coordenado o trabalho de intervenção ao longo das últimas semanas do Município de Setúbal e os diferentes serviços que trabalhavam diariamente, a par de muitos outros, mas naturalmente com responsabilidades no terreno, quer na intervenção, a propósito de alguns apontamentos do Sr. Vereador Ricardo Oliveira. Não tinha intenção naquele período antes da ordem do dia de falar que não fosse para dar um apontamento, como tinha dito na última reunião, não era a questão que os ocupava mais, estavam numa fase em que as necessidades de subsistência eram as de primeira ordem, portanto a necessidade de responder às pessoas na área da saúde e nas carências de primeira ordem eram aquelas de deviam assumir a prioridade deles, mas também naturalmente as necessidades de existência e tinha levado um conjunto de elementos e de uma forma muito breve, depois se a Sra. Presidente permitisse numa segunda intervenção falaria sobre as questões da cultura, do desporto, da juventude, das bibliotecas que se tinham mantido de uma forma muito relevante e que também eram importantes para a vida das pessoas. Mas queria transmitir que tinham assistido naquela reunião de câmara àquilo que seria impensável assistirem, naquele quadro de um eleito na Câmara Municipal, de um exercício de propaganda populista que seria impensável. Quando seria esperado da parte de todos os eleitos, independentemente das divergências naturais que os assistiam, porque aquela condição não os tornava iguais, não os obrigava a pensarem todos da melhor forma e pensarem todos da mesma maneira, mas quando se esperava que fossem capazes, independentemente das divergências deles, tinham assistido ali a um exercício de populismo e de propaganda que acreditava que nem qualquer membro do governo seria capaz de fazer nas suas responsabilidades.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal, teve um estilo, se lhe era permitido dizer, sereno, desconstruiu dois terços das propostas apresentadas pelo Sr. Vereador Fernando José. Valeria a pena na responsabilidade que assistia a todos naquele momento, de antes de apresentar um conjunto de propostas, legítimas, o Partido Socialista perguntar o que se estava a fazer. O que é que a Câmara Municipal naquele momento estava a fazer, ou se a Câmara Municipal tinha pensado algum programa, algum plano, estava a responder naquelas áreas, àquelas pessoas, havia já programado...e não havendo ou não estando planeado ou não estando programado, então o Partido Socialista ou o Partido Social Democrata, no direito que os assistia de considerarem ou sugerirem ao executivo municipal que o pudesse desenvolver. Era um desconhecimento profundo, quer do que estava a acontecer, quer da realidade, até das diferentes entidades. O Sr. Vereador Carlos Rabaçal, de uma forma muito serena, teve oportunidade de desconstruir uma grande parte das propostas que tinham sido apresentadas, mas eles tinham ficado absolutamente impressionados com aquela tentativa de querer, como tinha dito o Sr. Vereador Ricardo Oliveira, imputar à Câmara Municipal de Setúbal um conjunto de responsabilidades e de tentar sobrecarregar o que naquele momento já estavam a fazer. Era impressionante como é que o Sr. Vereador desconhecia profundamente a realidade. O Sr. Vereador falou dos sem-abrigo, mas desconhecia completamente a realidade dos sem-abrigo, não conhecia sequer como era articulado o trabalho dos sem-abrigo naquele momento na cidade de Setúbal. Transmitiu que o atual coordenador do plano nacional do apoio aos sem-abrigo, o Dr. Henrique Joaquim, já tinha tido o cuidado de ligar à Câmara Municipal e de os parabenizar pelo trabalho que estavam a fazer,

na articulação com as entidades responsáveis pelo NPISA, que o Sr. Vereador também não devia conhecer, tinha ido a correr nos últimos tempos tentar perceber como é que funcionava. Sobre aquela matéria tinha que se ter sentido ético, responsabilidade, era o que pediam num tempo em que todos queriam que aquilo rapidamente fosse ultrapassado. Isso era elevado sentido de responsabilidade.

Não sabia se aquelas propostas eram do Partido Socialista ou da responsabilidade do Sr. Vereador Fernando José. Não sabia se o Sr. vereador tinha feito contas àquelas propostas todas, era bom que se percebesse que tudo o que fosse decidido naquele momento iria ter impacto na vida e no funcionamento de todas e das diferentes entidades e da própria Câmara Municipal. O próprio governo tinha a consciência que aquilo que se assumisse no presente, ia ter impacto no futuro da sua governança. O Sr. Vereador tinha feito um conjunto de propostas, que eram populistas, sem acautelar o que aquilo implicava, se já estavam ou não acauteladas, se já estavam ou não a ser realizadas, provavelmente para publicar rapidamente nas redes sociais a dizer que o Partido Socialista estava preocupado com aquelas matérias, sem acautelar, sem perguntar ao executivo municipal o que estava a ser feito e sem perceber qual seria o impacto e o que é que aquilo representava.

Não podia deixar de dizer que os profissionais na área da saúde tinham sido uns verdadeiros heróis no combate àquela situação. Não podia deixar de elogiar também a grande maioria dos autarcas do seu país, porque tinham sido uma vez mais as autarquias nos diferentes territórios do seu país a garantir, tanto quanto possível, a vida de uma forma condigna de muito dos seus concidadãos e aquela situação seria verdadeiramente trágica e muito mais trágica do que aquela que viviam ali. No caso de Setúbal se não tivesse sido a capacidade daquela autarquia, com os seus meios, com a Proteção Civil e com os mais diferentes serviços a garantir a condição de vida que era possível, mesmo numa situação profundamente destinta do que era a vida normal das pessoas seria uma situação catastrófica e isso devia-se à capacidade de muitas das autarquias, em particular daquela, isso era uma referência muito importante e bastava ver aquilo que muitos dos autarcas pelo país tinham registado, pelas dificuldades que tinham sentido e a autarquia de Setúbal tinha sido um excelente e extraordinário exemplo de capacidade de resposta àquela situação humanitária.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que sem prejuízo das medidas que o Partido Socialista tinha apresentado e que eles entendiam não serem populistas, eram medidas que se iriam associar a outras medidas que tinham sido tomadas pelo executivo. Eles estavam solidários com as medidas tomadas pelo executivo. Assumiam aquilo que tinham dito na última reunião de câmara. Continuavam a assumir aquele papel. Faziam uma oposição responsável e eram solidários com as medidas que a Câmara Municipal tinha implementado, para minimizar aquilo que era o impacto económico na vida dos Setubalenses e Azeitonenses. T tinham apresentado um pacote de medidas, se algumas daquelas medidas ou todas aquelas medidas tivessem já sido implementadas, tanto melhor para as populações. Aceitavam que houvesse divergências políticas, aceitavam que as medidas apresentadas pelo Partido Socialista não fossem bem aceites pelo Partido Comunista, isso também era fazer política, mas não tinha sido com aquele intuito, tinha sido com o intuito de tentar ajudar, de serem solidários de apresentarem algumas soluções, que efetivamente desconheciam e ainda bem que tinham sido esclarecidos e que muitas delas estavam implementadas e sabiam que muitas não eram da responsabilidade da autarquia, sabiam isso. Aproveitava, sem prejuízo das medidas que tinham apresentado, de valorizar todo o papel da comissão que estava a trabalhar, da Proteção Civil, do Vereador da Área, da Sra. Presidente, quanto Presidente daquela comissão, todo o trabalho que tinham feito, valorizavam e eram solidários com todo o trabalho que tinha sido feito. O Sr. Vereador Fernando José, tinha iniciado a sua intervenção a dizer isso, independentemente de poderem também apresentar medidas, que entendiam não ser as medidas do Partido Socialista, seriam medidas da autarquia para poderem implementar e para poderem, se calhar, algumas delas juntar ao que já estava a ser feito, para as medidas poderem chegar a mais pessoas e de uma forma mais efetiva. Tinha sido aquela a intenção, se tinha sido entendido de outra forma, eles Partido Socialista,

4

achavam que não deveria ser entendido assim, o intuito tinha sido o de valorizar e fazerem uma oposição responsável, como o tinham assumido, na última reunião e voltavam a reiterar aquela posição, falava por ele, tinham duas questões, a primeira tinha sido de valorizar, de dizer que a comissão tinha trabalhado e bem, o governo tinha tido a posição clara de dizer que sem as autarquias, sem as instituições e sem as medidas que o governo tinha lançado, ainda no dia anterior tinha saído uma portaria para as IPSS's, que eram medidas importantíssimas para que as instituições trabalhassem no terreno e pudessem desenvolver o trabalho deles de forma célere e com recursos, sem todos seria impossível combater aquele vírus.

Tinha algumas questões para colocar à Sra. Presidente ou ao Sr. Vereador, na qualidade de responsável de uma IPSS, seria uma questão para esclarecimento, não seria nenhuma questão política. Perguntou se seria a Proteção Civil que fazia a desinfeção dos espaços nas instituições. Tinham instruções da Segurança Social, que era um parceiro importante em todo aquele papel, como era a Câmara Municipal e valorizavam o trabalho em rede, sabia do que falava, sabia qual era o esforço que era pedido a todos e naqueles momentos ainda mais, a Segurança Social já tinha dado instruções para as instituições darem refeições a todas as pessoas que recorressem a elas. Na instituição que dirigia já estavam a fazer aquele trabalho, em Setúbal todas as instituições já estavam a fazer aquele trabalho. Disse que política era importante e que eles faziam política naquele órgão, mas aquele não era o momento de política partidária, ele gostaria que não fosse interpretado dessa forma, não era o momento de divisão e se aquele documento tinha dado aquela ideia, ele enquanto Vereador e representante do Partido Socialista esclarecia que aquele documento não tinha tido a intenção de dividir, tinha tido intenção de acrescentar valor às medidas que estavam a ser tomadas pela Câmara Municipal e muitas delas eles sabiam que eram em substituição dos órgãos nacionais, tinham essa consciência, não desvalorizavam, nem criticavam nenhuma das medidas que a Câmara Municipal e as Comissões que tinham sido criadas para o combate à Covid tivessem feito, tinham sido solidários com todas, essa era a palavra dele e era também a palavra do Partido Socialista que ele representava enquanto primeiro eleito naquela vereação. Se entendessem que aquelas medidas tinham sido apresentadas para fazer política então que as esquecessem, tinham sido medidas para acrescentar e não para dividir.

Já tinha sido esclarecido pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal de qual o critério para despiste do vírus na Escola dos Arcos, o Sr. Vereador já o tinha informado que isso seria da responsabilidade da área da saúde, desconheciam, tinham-lhes chegado algumas questões relativamente aquele critério. Entendiam que a escola tinha sido muito bem escolhida, estava num espaço central, não questionavam isso, o critério seria determinado pela saúde, não dependia da autarquia, nem faria sentido que fosse de outra forma. Em relação a uma questão importantíssima, o apoio às IPSS's, tinha tido uma conversa informal com o Sr. Vereador Pedro Pina, as IPSS's, as misericórdias, as mutualidades do concelho por todo o país estavam a debater-se com falta de equipamentos de proteção individual, principalmente com falta de máscaras de proteção, sabia que a Segurança Social era responsável por aquelas entidades, tinha esse conhecimento, mas também sabia e podia divulgar ali que o número de máscaras que tinham chegado à Segurança Social para distribuição era ridículo, não era uma questão só de verbas, era uma questão de não existir no mercado máscaras e outros equipamentos de proteção. Fazia um apelo, enquanto responsável de uma instituição, se a Câmara Municipal ou a Proteção Civil, tivessem disponibilidade de fazerem distribuição de alguns EPI'S, eles, instituições agradeciam. O combate àquele vírus tinha que ser feito por toda a gente, em rede solidária, não lhe interessava naquele momento a política partidária, ele trabalhava no terreno e tinha responsabilidade com pessoas todos os dias que davam apoio a idosos que estavam nas suas casas, porque o centro de dia da instituição que representava tinha sido encerrado muito antes do ministério ter dado aquela ordem, tinha-se antecipado e bem àquela medida. Estavam a dar o apoio na residência a todos aqueles que necessitavam, mas faltava-lhes efetivamente aquela proteção para os trabalhadores e ele receava que os trabalhadores fossem infetados com a Covid e que as instituições não

4

conseguissem dar resposta àquelas pessoas e então aquela calamidade iria ter uma dimensão muito grande. Deixava ali aquele apelo, não era um apelo como político, era um apelo enquanto cidadão, enquanto responsável por uma instituição e esperava que fosse atendido. Também percebia e tinha visto que muitos autarcas conseguiam, porque tinham uma intervenção que, infelizmente, não seria a mais correta. Naquela altura o trabalho poderia ser até um trabalho invisível, desde que fosse feito, a comunicação social nem sequer tinha que ter conhecimento daquilo que era feito, era preciso que se fizesse. Era altura de fazer e não de aparecer. Mas reparavam que quem às vezes aparecia conseguia tirar alguns dividendos por aquela política. Eles não queriam fazer isso, não queriam que a Sra. Presidente fizesse isso. Queriam efetivamente que a câmara municipal tivesse um papel no terreno, que fosse um papel importante, efetivo e que se visse e que resultasse para aquilo que eram os números do concelho deles, do distrito deles, felizmente não eram muito alarmantes, embora pudessem disparar de um momento para o outro, estavam satisfeitos, não por terem havido mortes, mas satisfeitos pelo número de infetados não ser muito relevante.

Aquela era a posição do Partido Socialista, independentemente de quem tinha apresentado a proposta. A proposta tinha sido assinada pelos 3 elementos que estavam ali presentes do Partido Socialista, não eram propostas populistas, eram propostas para somar, não para dividir.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que viviam tempos extraordinários, extraordinários mesmo, onde quem pudesse fazer, devia fazê-lo. Todas as propostas que podiam ir ali àquele fórum eram propostas que deviam ser analisadas em conjunto com aquele que seria o muito trabalho que já tinha sido feito pela autarquia. Estava certo que quando aquilo passasse e havia de passar algum dia, quem podia fazer podia ter a sensação que podia ter feito mais, ou desejar ter feito mais, era perfeitamente natural, mas o esforço, o apoio, o louvor dado no presente era quem pudesse fazê-lo, devia fazê-lo. Daquilo que tinha ouvido, tirando as politiquices, assim chamadas, tinha ficado contente, porque a Câmara Municipal de Setúbal era um agente económico importante naquela cidade, que aqueles empréstimos, ou aquela liquidez de três milhões e tal, como tinha sido referido, poderia auxiliar a manter a liquidez nos pagamentos e com isso injetar algum dinheiro vivo na economia. Sabiam que ela ia sofrer bastante, já estava a sofrer bastante com a paragem e tinham outros impactos além daquilo que era importante manter na economia, as pequenas empresas, os pequenos comércio a funcionar que tinha a ver com a manutenção do emprego, porque tinha um impacto social muito elevado, mas também tinha impacto naquilo que era a nossa maneira de viver.

Colocava uma questão para ficar claro, porque não tinha percebido muito bem, o porquê da escolha da Escola dos Arcos, a partir do dia 15 de abril, para centro de testes. Tratava-se de uma escola que as pessoas tinham algumas reticências em juntar num ambiente onde as pessoas poderiam estar infetadas ou contaminadas, com um edifício escolar, onde todos desejavam que as aulas, muito brevemente fossem retomadas. Tinham ouvido todos dizer que a autoridade de saúde tinha escolhido um sítio, ou a Câmara tinha colaborado com a autoridade de saúde na escolha de um sítio, perguntava se não poderia ter sido outro sítio, talvez mais central ou mais afastado da população.

**Sra. Vereadora Eugénia Silveira** – Disse que queria continuar com as informações a nível do apoio aos empresários e a todo o trabalho que a Câmara Municipal de Setúbal já tinha realizado naquela área. Convidava-os inclusivamente a visitarem o site da Câmara. Tinham uma página muito interessante e por exemplo o primeiro parágrafo dizia que a página era exclusivamente dedicada a programas e medidas de apoio às empresas, atualmente em vigor devido à crise motivada pela pandemia da Covid-19. Tinham ali todo um trabalho realizado pela Câmara Municipal junto das organizações empresariais que, inclusive, os tinham contactado e que lhes tinham disponibilizado um contacto e os emails para os ajudarem também no apoio a todos os empresários que precisassem, em várias áreas, inclusivamente nas artes e cultura, a Fundação Calouste Gulbenkian também tinha uma linha de apoio, à



pesca, aquicultura e transformação de pescado, também existia um apoio, tinha saído o anúncio de abertura de candidatura nº 41/2020, onde existiam apoios específicos inerentes ao surto e toda aquela informação levantada por eles e confinada aquela página, dava a informação de todos os apoios que existiam naquele momento devido à situação que estavam a atravessar. Inclusive davam a informação sobre as linhas de apoio, não só as da banca, com a tal linha de apoio à economia Covid-19, no valor de três mil milhões de euros, inclusive também o Turismo de Portugal tinha uma linha de apoio no valor de sessenta milhões de euros, onde aquela linha de apoio à tesouraria para microempresas no turismo, ali especificamente para o turismo, haveriam outras, onde referia o valor de setecentos e cinquenta euros por trabalhador por três meses, aquele máximo seria para microempresas, o valor máximo a despende seria apenas de vinte mil euros, não podiam ultrapassar aquele valor e para empresas com menos de dez postos de trabalho. Portanto, toda aquela informação já estava reunida por eles e era perfeitamente acessível na página do Município de Setúbal. Pensava que os empresários tinham ali uma série de soluções que podiam, com a ajuda deles ver esclarecidas. Valorizava também os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal que se encontravam a trabalhar nas diversas áreas, nas suas áreas em particular, nos mercados municipais e nos cemitérios que tinham feito tudo o que conseguiam para manter a normalidade dentro daquela anormalidade que viviam infelizmente.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que ia fazer uma síntese da atividade que tinham realizado na higiene urbana, tinha sido uma área especial, julgavam que estavam a ter um papel muito importante no combate a toda aquela situação. Através das várias áreas do ambiente tinham unido todos os esforços, para reforçar as questões das desinfecções, das lavagens no concelho de Setúbal. Tinha naquele momento verificado, um aumento de resíduos que eram deixados nos contentores, julgavam que tinha a ver com o facto das pessoas estarem em casa e estarem a aproveitar o seu tempo para fazer algumas limpezas, algumas arrumações e numa altura que se achava que podiam ter menos resíduos, estavam a ter um maior volume de resíduos e também de monos, isso requeria da parte deles uma contínua atenção para que as coisas funcionassem com a normalidade possível. Por esse motivo, tinham feito um apelo à população para colocarem os resíduos apenas no horário das 19 horas às 22 horas, para que eles estivessem o menos tempo possível na via pública. Também tiveram que colocar todos os meios possíveis e imaginários em prol daquela questão das lavagens, para além do que era habitual fazerem de uma forma rotineira, tiveram que colocar muito mais equipamentos que tinham à disposição daquela causa, deu o exemplo da máquina de limpeza de grafites, naquele momento não estava a limpar grafites, estavam a fazer a desinfecção de tampas e gares de contentores, de pavimentos, paragens de autocarro, mobiliário urbano, semáforos, com especial atenção nas zonas em que ainda tinham concentração de pessoas, como supermercados e farmácias. Também tinham vários trabalhadores deles, alguns até da parte de jardins, porque estavam a utilizar equipamentos que normalmente eram habituais utilizarem para produtos fitossanitários e estavam a transferir para aqueles desinfetantes para conseguirem fazer aquele trabalho, tiveram que reforçar daquela maneira. Portanto tinham uma equipa de permanência de 4 jardineiros, da DIEV, que naquele momento estavam a fazer aquele trabalho.

Continuavam com o lava-fossas, que normalmente trabalhava para limpar as fossas, mas naquele momento estava a trabalhar para a limpeza e desinfecção dos espaços públicos. Agradeceu a todos aqueles que se tinham disponibilizado a oferecer desinfetante à Câmara Municipal de Setúbal. A AMARSUL também se tinha juntado ao Município de Setúbal e pensava que também a todos os outros municípios e também estava a reforçar a lavagem dos contentores deles e dos da câmara municipal, estava a ser um trabalho feito em conjunto e tudo aquilo tinha sido articulado com a Proteção Civil, porque também tinham feito alguns trabalhos junto de instituições que ainda estavam a funcionar, nomeadamente até dentro do Hospital de São Bernardo que tinha sido sinalizado como uma necessidade.

À parte disso queria dar um contributo, relativamente às propostas que o Partido Socialista tinha feito. Não compreendia algumas propostas e algumas datas que tinham sido ali



alvitradas, como por exemplo, a questão dos cortes de água seriam até 30 de setembro, qual era o motivo que lhes permitia propor aquela data e não até 30 de agosto ou até 30 de outubro, por exemplo, não conhecia nenhum fundamento científico que apontasse para uma data qualquer. Relativamente às taxas para ocupação da via pública, por exemplo, já iam até ao final do ano, não tinha percebido porque motivo existia aquela diferenciação. O que sabiam mais naquele momento era a incerteza de tudo aquilo, portanto estarem a falar da data x ou y não parecia fazer sentido. Inclusivamente as declarações da Sra. Presidente da Câmara diziam que iam avaliar caso a caso e a todo o momento as questões que iam sendo colocadas. Aquilo que estavam a tratar naquele momento, no mês anterior não tinha sido assim e provavelmente no próximo mês seriam diferentes. Portanto parecia-lhe um bocadinho irresponsável estarem ali a falar de datas e de questões tão preocupantes. Depois existiam ali propostas que achava que eram propostas para ficarem bem na fotografia, quando sabiam que muitas delas não eram da responsabilidade da câmara municipal e sabiam que muitas delas já tinham o apoio da câmara municipal, não sendo mesmo assim responsabilidade da câmara.

**Sra. Presidente** – Disse que queria que a sua intervenção ficasse registada em ata:

*“Se já colocaram as questões, eu tenho uma grande preocupação. Não sei exatamente o que é que está a acontecer na bancada do Partido Socialista, ou seja, eu sei o que está a acontecer no Partido Socialista e isto tem que ficar denunciado. Sempre que há um tema que dê polémica, ou que seja para projeção e por holofotes na cabeça de alguém, o Partido Socialista avança se calhar com o seu putativo candidato a esta Câmara Municipal que se chama Fernando José. Deve ser a ideia, ou é ideia do Partido Socialista, ou do próprio que está a dar o passo em frente, hoje é dia do holofote estar em cima da minha cabeça, sai Paulo Lopes e entra Fernando José. Isto é uma vergonha, isto é uma vergonha, isto é uma vergonha o que está a acontecer na bancada do Partido Socialista. Porque todas estas medidas, como disse e bem, o Vereador Fernando Paulino, não são novas medidas, são para complementar as que já existem, aquelas que nós votamos. Eles até sabem que até já votaram aquelas medidas, portanto estamos a assistir a uma vergonha despudorada, do Partido Socialista, na alavancagem, naquilo que o Partido Socialista, do Partido Socialista não, naquilo que o Vereador Fernando José disse. Eu gostava de separar aqui o Partido Socialista do Vereador Fernando José, gostava de pensar que o Vereador Fernando José, não tem nada a ver com o Partido Socialista neste momento tenho um grande respeito pelo governo que está a dirigir o nosso país, um grande respeito, eu não gostaria de estar na pele deles, assim como também gostaria de nunca mais nenhum autarca estar na nossa pele com aquilo que nós estamos a passar, não é só o governo. Mas o governo está a passar maus dias é mundial os dias que estamos a viver são muito maus, mas para quem tem que gerir uma situação destas é de facto muito mau. Isto é tudo muito mau para o Vereador Fernando José dizer aqui, que isto não tem fins políticos e escarrapachar aqui uma data de medidas políticas, show off político, populismo político, oportunismo político, uma vergonha, aliás que é aquilo que ele tem feito nos últimos tempos. O Vereador Fernando José que sempre se esteve nas tintas para o movimento associativo, minto, menos para o clube que foi, entretanto, recuperado, das Amoreiras, menos esse, vá se lá saber porquê. O Vereador Fernando José não conhece quase nada, não se vê em lado nenhum. Eu estou aqui há 18 anos, eu sei o que estou a dizer. Foram muitas as iniciativas, foram muitos os eventos, foi muito o movimento associativo que eu tive a honra e o prazer de estar ao lado deles, de partilhar com eles, de ver o que é que eles estavam a fazer, nunca vi o Vereador Fernando José a não ser quando estamos em vésperas eleitorais é que o Vereador Fernando José aparece, numa ou outra coisa. E agora com algum tempo de antecedência para dizer sou o deputado da nação. Eu tinha vergonha, eu tinha vergonha do Vereador Fernando José chegar aqui com estas medidas todas, extremamente preocupado e chega a uma atividade do Município e saca do cartão do deputado da nação e mostra que é o deputado da nação, porque nesses sítios o Sr. Vereador Fernando José, nem se quer é Vereador da Câmara Municipal, está acima, eu tinha vergonha de estar lá nas condições em que ele está, no*

4

*parlamento, mas isso é com ele e é com o Partido Socialista. Mas agora vir aqui dizer que isto não é político e apresentar um monte de medidas que a bancada do Partido Socialista não apresentou em devido tempo, é que eu quero lembrar que estamos nisto há 30 dias, há 30 dias não, 45 dias, diz ali o Vereador, que ainda tem estado mais no terreno do que eu, verdade seja dita, mais ainda do que eu, está nos bombeiros todos os dias, com a Comissão da Proteção Civil, está lá e eles tem um centro de estatística de tudo e mais alguma coisa e portanto há 45 dias, esta é a segunda reunião que é feita sem público, porque já nesta situação tivemos ainda uma com público, o Partido Socialista não apresenta medida nenhuma e o Sr. Vereador Fernando José, vem hoje aqui, o deputado da nação, vem aqui aos pobres autarcas, sim porque nós somos os pobres autarcas, porque ninguém fala bem dos autarcas, dizer aos autarcas da sua terra o que é que devem fazer. Ele que desconhece tudo, tudo o que aqui está é vergonhoso. Ele não percebeu que saiu na comunicação social nacional, saiu nas redes sociais, que nós alargamos a cobrança das rendas, que dissemos que não ponhamos ninguém na rua, que nós dissemos à Águas do Sado que não há cortes da água para ninguém, quando isto foi polémico quase há 3 semanas, quando as pessoas começaram a dizer que recebiam em casa aviso de corte, nós dissemos à Águas do Sado não há corte para ninguém e a Águas do Sado sabe que não vai haver corte para ninguém, fizemos isto tudo, tudo o que está aqui e muito mais porque ele desconhece isto, ou é porque a bancada não faz reuniões e não diz está a ser tomado isto, ou é porque o Senhor não vive cá, vem cá de vez enquanto, está em Lisboa e vem cá de vez em quando, não é nada do Município. Nós atingimos, para conhecimento público, mais de um milhão e duzentas mil pessoas que vão à página do Município ver o que é que nós estamos a fazer, muitas delas de Lisboa, mas não chega lá a página do Município ao Vereador Fernando José, porque ele não sabe nada. Não sabe que nós isentamos as esplanadas, as publicidades, que isentamos tudo, tudo o que está aqui, Sr. Vereador há 40 dias que já foi tomado, o Senhor vem fora do tempo, ou alguém lhe disse, vê lá aparece, porque está na altura de apareceres, empurra, Paulo Lopes para casa, porque agora tenho eu que ir à Sessão, porque está na hora de eu aparecer, está na hora de eu ir a uns aniversários de umas coletividades e tal, mas eu por acaso vou começar também a ir a esses aniversários, que é para eu fazer umas boas intervenções, para explicar às pessoas, porque é que estão lá os deputados da nação, está ali um deputado da nação porque é que ele está ali, vou lá, já tinha dito isso ao Vereador Pedro Pina”.*

Interrupção inaudível Sr. Vereador Fernando José.

Continuação da intervenção da Senhora Presidente:

*“Mas está com mais pressa quando tem que apresentar o cartão, dizer que esteve lá, ao Secretário de Estado ou qualquer coisa, marcar o ponto, eu sou de cá sou muito conhecido, eu conheço muito bem Setúbal, eu sei o que se passa com os sem-abrigos, eu sei quantos movimentos associativos existem, o que é que se faz, eu sei tudo, estou cá, estás a perceber colega, estou cá e daí a uns minutos ninguém sabe nada dele, porque ele não vai lá para saber o que é que se passou, ele vai lá para marcar o ponto e para ser visto. Deve ser o que ele faz na Assembleia da República, para marcar o ponto e para ser visto.*

*E estão aqui uma data de medidas e daqui a um bocado está já uma coisa nas redes sociais, a dizer exatamente o que lhe apetece, mas desta vez ele vai ter resposta. As pessoas vão saber que as propostas, que eu não acredito que tenha sido o Partido Socialista a fazê-las, eu peço desculpa, mas por solidariedade os colegas assinaram, mas porque o Senhor Vereador Fernando José disse que está na hora de eu aparecer, deve ser o putativo candidato. Mas era ótimo que fosse o putativo candidato, era ótimo, ele até devia de ter mais votos que você, desculpe lá, era bom que tivesse, era bom que fosse ele.*

*Isto é uma vergonha, foi de um populismo, de um show-off, de um teatro, que não tem nome. Portanto as pessoas, os nossos trabalhadores, que se fartam aqui de trabalhar, sejam os da higiene e limpeza, sejam os dos jardins, sejam os do acompanhamento ao cidadão, sejam as pessoas da educação, todos continuam a trabalhar aqui dentro, todos. São mil seiscentos e*

sessenta e cinco trabalhadores, estão em teletrabalho quinhentos e sessenta e sete, aqui na Câmara toda estão quinhentos e quarenta e quatro, por baixa por doença cento e vinte sete, de reserva que são aqueles que entram de 15 em 15 dias, até contando com os próprios bombeiros, em que a nossa companhia está dividida ao meio, estão de reserva quatrocentos e doze e outros, doze. Tanto trabalho que temos feito, o Vereador desconhece tudo, porque o parlamento o deve ocupar imenso, ele não sabe de nada. Não sabe que tudo isto que está aqui proposto... mas eu acho estranho é que ele não disse aqui, ainda não perguntou à Câmara Municipal, sabendo nós, Partido Socialista, que deixámos aqui a dívida que deixamos, sabendo nós que tem um contrato de reequilíbrio financeiro, sabendo nós que recebem tanto como um município pequeno, nós recebemos agora neste momento, cerca de treze milhões, não recebemos treze milhões, recebemos dez milhões e tal, quase onze milhões, porque fica à cabeça retido dois milhões para o pagamento do passe Navegante, o município paga dois milhões de passe Navegante e portanto chegam a este município dez milhões e tal, sabendo nós, ele não sabe, que o município paga trinta e cinco milhões de salários, onde é que o município, no meio desta pandemia e que se não houver rendas, não há, se não houver taxas, não há, em 15 dias que nós fechamos a Casa da Baía e os postos de turismo perdemos noventa e cinco mil euros, paciência está fechado, isto tudo e estamos a pagar o que tínhamos a pagar de apoios ao movimento associativo, estamos a pagar, que estamos a pagar tudo e mais alguma coisa, onde é que vocês vão buscar dinheiro para salários, ele não perguntou isto? Ele não perguntou, se não houver dinheiro para salários, porque o nosso município não recebe em função do número de habitantes, uma lei de finanças locais que está por aplicar há anos, ele não pergunta se não houver dinheiro para salários o que é que o Município de Setúbal faz. Quem é que limpa as ruas, recolhe os monos, vai dar alimentação nas escolas, como é que faz isto, como é que faz aquilo, não pergunta, porque isto não faz parte do show-off, isso ele não quer saber, ele quer saber para fora, o que é que fazem para fora. Ele não pergunta como é que vivem as pessoas da cultura, os nossos artistas que nós estamos a pagar a cem euros, foi outra forma, se calhar também não sabe disto, pode ser que na próxima sessão ele venha propor isto, mas já agora informo de que estamos a dar um subsídio a cada artista e já atuaram muitos, cem euros por cada atuação no facebook, ou cinquenta euros se a atuação for pequenina, se for poesia, para ajudar os artistas a sobreviverem, que a sua Ministra da Cultura, essa sim é sua não é minha, a sua Ministra da Cultura, veio anteontem, também meio atrasada, como o Senhor Vereador Fernando José, a dizer que estamos a pensar como é que vamos ajudar os artistas, os produtores, os iluminadores, toda a gente que no mundo do espetáculo funciona, no mundo da cultura, das artes, etc., também se atrasou, como ele. Portanto nós até nisso estamos a trabalhar. É incrível o show-off, pode ser que ele venha na próxima com essas medidas, idênticas àquelas que ele apresentou ali.

Isto é escandaloso, escandaloso, um Vereador que não sabe nada, de nada, de nada, do que é que os mil e seiscentos andam cá a fazer, notáveis, notáveis, os que vão com o trabalho, seja na área do DOM e que estão a fazer pequenas obras dentro dos nossos edifícios, estão a fazer os concursos para que os empresários continuem a ter trabalho e a receber, as candidaturas dos QREN's, que foram agora aprovadas, para que aquilo se faça, para que as pessoas possam receber, quer pelo QREN, quer pela Câmara Municipal, para alavancar a economia, que é aquilo que o país precisa, não é só o governo que precisa, é aquilo que o país precisa, para alavancar tudo, se nós deixamos parar tudo, o nosso comércio para, o nosso alojamento local, que são quinhentos e dez alojamentos locais, param, o turismo não anda, se nós deixarmos cair a casa como ela estava quando cá chegamos. Nós estamos a trabalhar em tudo, tudo, tudo, levam os processos para casa, veem os processos em casa, temos o trabalho do nosso PDM a andar, o nosso urbanismo, tudo, tudo, tudo, tudo e mais quinhentos pares de botas. Mais os voluntários que estão a trabalhar connosco, mais as empresas que estão a vir ter connosco a oferecerem-se para fazer isto, para fazer aquilo, veio a empresa que faz a lingerie da Victoria Secret a disponibilizar-se para fazer máscaras connosco, começamos por três costureiras das marchas populares, hoje já temos cinquenta e sete costureiras a fazerem mascarar, botas e batas, para os hospitais de Setúbal, tanta,

*tanta, tanta coisa, que o senhor desconhece na totalidade. O que as nossas freguesias fazem, que são outros heróis, o que as nossas freguesias fazem, que têm cada uma, das suas freguesias, x voluntários e cada voluntário tem x pessoas que acompanha todos os dias, quer a fazer um simples telefonema, quer a ir compra-lhes os medicamentos, quer a levá-los a fazer um teste, a fazer de tudo, de tudo. E depois chegam aqui e dizem, isto não é política, é só para sermos solidários aos momentos que o executivo está a passar. Não brinquem connosco, não brinquem connosco, se estivéssemos à espera destas medidas, coitadinhos dos nossos, hoje é dia 8 de abril, isto começou há 45 dias e há 45 dias começaram a sair em barda as medidas, se não há dinheiro para as rendas paciência, vamos isentar isto, vamos isentar aquilo. Chegou do Tribunal de Contas anteontem o visto de uma grande lista de empresas a quem nós devíamos dinheiro e que estamos a pagar rapidamente. Ontem e hoje foi só assinar ordens de pagamento para ajudar essas empresas que estavam à espera, há meses deste dinheiro do Tribunal de Contas, micro, pequenas e médias empresas, estamos a fazer um grande esforço para ajudar esta gente toda. Eu não acredito naquilo que eu acabei de ouvir, não acredito no que eu acabei de ouvir. A luminotécnica, bem em cima da cabeça, bem articulada para o putativo candidato à Câmara Municipal, Deus queira que seja ele”.*

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que queria fazer a defesa da honra, nos termos do regimento.

**Sra. Presidente** – Pediu desculpa e continuou a sua intervenção informando que já algumas IPSS's tinham pedido a desinfestação dos seus espaços, mas que esse trabalho tinha que ser realizado por uma empresa da especialidade, porque os serviços da câmara não sabiam exatamente como proceder e podiam pensar que estavam a fazer bem e não estavam. Tinha a indicação de duas ou três empresas, mas o Sr. José Luís Bucho é que estava a fazer esse acompanhamento.

Referiu que o material de proteção era pago por eles, mas que deveria ser a saúde pública a pagá-lo e que tinha vindo para o nosso município milhões de máscaras e gel.

Informou que toda a Área Metropolitana de Lisboa se tinha juntado e tinha mandado vir da China toneladas daquele material. Na segunda-feira tinha chegado uma parte daquele mesmo material, mas o Município de Setúbal estava a pagar ao Município de Cascais, uma vez que este tinha feito primeiro a encomenda e de forma solidária disponibilizou a todos os municípios da AML, que eram 17, mas que depois se iria proceder aos acertos. Aquele era o momento do acerto de contas.

Disse que faltava vir um segundo avião, mas veio um outro avião com uma encomenda no valor de 4,5 milhões de euros que tinha sido doado pela senhora Ming, a que tinha comprado o Palácio dos Duques de Aveiro para fazer um hotel, relativamente ao qual já tinha entrado o projeto, e também tinha comprado uma série de coisas na zona ribeirinha. Esse material já tinha vindo para a Área Metropolitana e assim que estivesse disponível ir-se-ia entregar também às IPSS.

O primeiro carregamento que tinha chegado tinha ido imediatamente para os Bombeiros, para as forças de segurança e para o Hospital, depois ir-se-ia começar a distribuir também pelas IPSS e pelos lares, os quais também estavam com dificuldades.

O representante da Saúde Pública da ARSLVT nunca tinha aparecido às reuniões, depois de se ter feito uma queixa à Sra. Ministra tinha aparecido naquele dia, não sabia exatamente nada de nada, ainda estava à procura dos dados e a tentar compilá-los e a Sra. Presidente disse-lhe que só iria ter os dados compilados quando tudo aquilo estivesse terminado.

Informou, ainda, que aquele responsável tinha dito que vinham 30 testes para toda a região e em tom de crítica disse que era notável.

Não estava a ser fácil, não era possível, ninguém previa uma situação daquelas.

Referiu que os testes só se iriam fazer quando houvesse alguém sinalizado, ou que estivesse em comunidade e que pudesse contagiar outros, ou que tivesse sintomas e existisse a possibilidade de ter contagiado outras pessoas. Os testes só irão ser feitos nessas circunstâncias.

4

Voltou a referir que estavam a pagar a dívida ao Município de Cascais e julgava que na semana seguinte estariam em condições de começar a distribuir o que se comprou para o Município de Setúbal, substituindo-se, mais uma vez, ao Governo.

Disse não ter ouvido ninguém dizer qual era a ajuda que o Governo ia dar aos municípios, porque havia municípios que tinham mais dinheiro e havia outros que não tinham mais dinheiro e ainda havia outros que não tinham dinheiro, mas ninguém questionava como é que iriam pagar salários. O Município de Setúbal tinha alguma reserva, mas estavam a fazer bem as continhas para conseguirem assegurar aquela casa.

Cada município estava a fazer as suas contas, mas o Governo ainda não tinha dito como é que tinham que fazer para apoiarem os municípios.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que ia dar duas notas enquanto defesa da honra pelas várias afirmações que a Sra. Presidente tinha feito.

A primeira tinha a ver com aquelas medidas que tinham sido apresentadas e que mais à frente, embora de forma resumida, poder-se-ia voltar a falar sobre as mesmas, até porque a câmara trazia hoje ali uma proposta sobre as medidas de apoio ao comércio local.

Disse à Sra. Presidente, para a deixar descansada, que aquelas propostas que os vereadores do Partido Socialista trouxeram e que foram apresentadas por ele, tinham sido amplamente discutidas no Secretariado da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, porque naquele partido discutiam as propostas, onde existia democracia, e nessa reunião que se tinha realizado no dia anterior por videoconferência, com início às 21h00 e terminado às 00h30, todas aquelas medidas, uma a uma, tinham sido discutidas e aprovadas por unanimidade para que pudessem ser trazidas naquele dia àquela reunião de câmara.

Referiu que não eram propostas do vereador Fernando José ou do vereador Fernando Paulino ou da vereadora Sandra Gomes e nem do vereador Paulo Lopes, eram propostas apresentadas pelos vereadores e que tinham sido aprovadas na reunião do Secretariado da Comissão Política e Concelhia do Partido Socialista.

Essas mesmas propostas, tal como tinha sido dito pelo vereador Fernando Paulino, visavam acrescentar, mas quanto a isso já se lá iria.

Relatou que já não era a primeira vez que a Sra. Presidente tentava dizer que o vereador não sabia nada, que não conhecia nada e que não era de Setúbal, mas disse que nasceu em Setúbal, no dia 26 de agosto de 1972, que tinha frequentado o ensino primário e o ensino secundário na cidade de Setúbal, depois tina frequentado a Universidade Moderna, em Setúbal, onde tinha tirado o curso de Direito. Quando passou para o segundo ano, uma vez que os seus pais não tinham capacidade financeira para suportar o curso dele e o da sua irmã que, entretanto, tinha entrado em sociologia, na cidade de Évora, ele teve que ir trabalhar, começando como auxiliar de ação educativa na Escola Secundária do Bocage. Depois ainda tinha estado seis anos como assistente administrativo na Escola Secundária D. Manuel Martins, onde foi muito feliz e onde fez muitos amigos. Através de vários concursos acabou por ingressar na Direção-Geral do Emprego e de Relações de Trabalho como Técnico Superior. O seu percurso profissional tinha sido feito naquela Direção-Geral, que nada tinha a ver com política, e tinha sido convidado para ficar como Diretor de Serviços e mais tarde, obviamente com confiança política, para ficar como Subdiretor Geral.

Tinha tido a sorte de no seu percurso cívico e político, entre os seus pares no Partido Socialista, o partido que ele escolheu para ingressar em 1999 a convite da saudosa Paula Costa, sempre em democracia, sempre em votação, ter sido escolhido para exercer os mais diversos cargos. Foi autarca na Junta de Freguesia de São Julião, onde contactou inúmeras coletividades, entidades e instituições do concelho de Setúbal, depois foi escolhido para entrar numa lista de vereação com a Teresa Almeida, onde naquele município tem estado como vereador. Recentemente foi escolhido, também pelos seus camaradas, para ser o candidato a deputado e acabou por entrar e onde está atualmente a desempenhar essas funções na Assembleia da República.

4

Disse que todas as funções que desempenhou, tinha desempenhado com uma missão, a missão cívica e missão política, tinha acompanhado com muita proximidade o que tinha sido feito em Setúbal e tinha tido conhecimento do que tinha sido feito nas mais diversas áreas. Referiu, ainda, que tinha tido outra valência, que tinha tido um percurso também no Movimento Associativo. Foi durante 12 anos Presidente do Grupo Desportivo e Cultural das Amoreiras, foi durante dois anos Coordenador da Delegação de Setúbal do INATEL, onde teve a responsabilidade do desporto e da cultura, por isso não seria a Sra. Presidente a dar-lhe lições sobre o que era o Movimento Associativo ou sobre o que era a cidade de Setúbal. Disse que conhecia a sua cidade e o seu concelho muito bem e que não era a Sra. Presidente que viria dizer onde é que deveria ou não ir, o que deveria fazer ou deixar de fazer e também não poderia vir dizer o que ele sabia ou o que é que deixava de saber, porque era uma pessoa informada e que conhecia muito bem, que tinha muitos amigos naquela cidade, muitas pessoas que o conheciam e reconheciam o seu trabalho. Voltou a referir que tinha um currículo profissional, um currículo académico que fala por si e que não tinha que estar aqui a dizer o que já tinha sido dito, que não estava nos seus horizontes vir a ser candidato à Câmara Municipal de Setúbal.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que estava à espera da réplica do senhor vereador Fernando José e como ele tinha balbuciado aí a defesa da honra, o que acabou por não lhe parecer tão ofendido assim.

Aquela perspetiva ajudava-o a ver as coisas com mais frieza, a distância tinha algumas virtudes e assistir à arte de bem arrasar a oposição mais atrevida era algo com bastante interesse.

Mencionou que não havia nenhuma razão para o senhor vereador se ter sentido ofendido e necessitar de defender a honra, porque o que lhe tinha sido atirado à cara tinha sido a realidade dos fatos, aquilo que estava a acontecer contra aquilo que o senhor vereador demonstrou, e o erro do Partido Socialista foi não se ter informado sobre o que o município estava a fazer.

Uma vez que tinha tido tempo para procurar as medidas que os outros municípios andavam a tomar, já tinha percebido que existia essa cartilha noutros municípios socialistas.

Eram medidas que, independentemente, do que já estava a ser feito e daquilo que já estava em curso, eram propostas iguais a outros municípios.

Disse, ser nesse sentido, que queria trazer um sublinhado àquele debate, a proposta que faltava aos membros do Partido Socialista era a de acautelar a subsistência financeira dos municípios.

Referiu que naquele dia havia um debate no Parlamento, mas que ninguém cuidava de tomar medidas para que não houvesse o que havia de ser o sustento da economia local, porque não existia uma medida, a não ser balbuciar algumas coisas como linhas de crédito. Não seriam as linhas de crédito que as autarquias agora precisavam, seria uma justa repartição das receitas do Estado, de uma maior fatia para as autarquias. Isso seria fundamental e se não o encarassem daquela forma o Governo não estava a resolver o problema do país que ficaria com o futuro empenhado.

Referiu que queria ver a coragem que o Partido Socialista iria ter para assumir essas questões, que a falta de as adiantar deixava o terreno livre ao PSD que estava com a bandeira no ar a reivindicá-las. Era estranho ser o PSD a fazer isso, mas era o que estava a acontecer e o Partido Socialista e o Governo não estavam a ver o seu papel naquela matéria. As autarquias tinham que ser sustentadas e fá-lo-iam numa justa repartição das receitas do Estado, que como se sabia iriam cair as receitas nas autarquias e iriam cair as receitas do Estado, mas iriam haver fundos europeus que não podiam ser só para o Estado, mas também para as autarquias.

Esse seria o papel dos eleitos do Partido Socialista que teriam de defender.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o senhor vereador Fernando José já tinha uma preparação cuidada do Currículo de Candidatura, o que era um problema dele.

Quería crer que a proposta, apresentada pelo PS, não visava acrescentar grande coisa, visava cavalgar o que estava feito, o que era uma estratégia interessante, porque saindo aquela proposta como medidas determinadas pelo Partido Socialista, tudo o que estava a ser feito e que coincidia com aquelas medidas iria parecer que tina sido proposto e realizado por causa da proposta do PS.

Era uma estratégia antiga, velha, já conhecida por todos e havia muitos anos era muito habitual, mas não era decente.

Referiu que quanto às IPSS's e aos apoios a Sra. Presidente já tinha respondido, mas quanto às desinfestações, tinha saído naquele dia uma notícia dada pelo Comandante Distrital que era quem se encontrava a trabalhar naquela matéria, além dos privados, como tinha sido dito e muito bem pela Sra. Presidente, eram as Forças Armadas. Tinham 60 equipas a fazer aquele trabalho no país inteiro e também em situações pontuais uma equipa da GNR.

Informou que esse serviço poderia ser solicitado através da Proteção Civil Municipal ou diretamente à Segurança Social, que ela própria poderia dirigir-se às Forças Armadas e resolver aquela situação na medida do possível, sabendo que não são muitas as equipas para o país inteiro, mas havendo essa disponibilidade seria de aproveitar porque eles eram excelentes e muito capacitados naquela função, melhor que os privados.

Respondeu ao senhor vereador do PSD que visitaram com a Saúde Pública várias instalações, como pavilhões e outros espaços, e eles acabaram por optar pela Escola dos Arcos pela sua centralidade, pela acessibilidade fácil, porque tinha entrada e saída diferenciada e tudo o que era preciso para que funcionasse. Essa decisão foi sustentada naquela matéria e numa outra questão, porque havia uma preocupação com o cruzamento das crianças com a COVID e isso não seria problema, uma vez que a informação dada foi que a escola não ia abrir e que esse problema nem se colocaria sequer. Tendo em conta a inclinação da área da saúde não tinha sido visto nenhuma objeção e estava pronta para dia 15 se começar a trabalhar.

Ainda deixou uma nota, para ele, muito importante relativamente à questão das propostas, que nesta situação não se tratava de ver quem tinha mais propostas e mais ideias brilhantes ou hilariantes, mas tratava-se de com os meios e os recursos disponíveis fazer uma boa gestão dos mesmos para dar resposta às solicitações e aos problemas criados pela pandemia conduzida pela Saúde Pública em Portugal.

O que se estava a fazer em Setúbal era usar-se tudo o que se tinha e se podia, como tinha sido dito pela Sr. Presidente, e enunciado e insistido em dar resposta ao que correspondia às necessidades objetivas da saúde pública e dos danos colaterais daquela pandemia usando os recursos parcimoniosamente e não andar atrás das angústias, das paranoias e dos pânicos. Existia muita matéria que se encontrava em cima da mesa que resultava de pânicos e paranoias e não de necessidades objetivas.

A Saúde Pública é que iria determinando o que eram necessidades objetivas e que eram mudadas com o tempo, com o avanço da situação e de acordo com os resultados das medidas que se iriam tomando.

Disse ser preciso ter serenidade, muita calma, muito bom senso e muita solidez no trabalho que se fazia no combate àquela pandemia e não seria preciso foguetórios, nem ideias brilhantes que eram boas para irem para os jornais e que não resolviam nada, como já tina acontecido noutros locais.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Referiu dois apontamentos muito breves a propósito das matérias que tinham a ver com o Departamento de Cultura e Desporto, Diretos Sociais e Juventude.

Disse que a demonstração de que não tinha sido um ato sério o que aconteceu na bancada do Partido Socialista, mas tinha sido aquilo que depois se tinha apercebido pela intervenção do vereador Fernando Paulino, porque a pergunta tinha sido muito concreta e muito objetiva que dirigiu ao executivo e que podia ter ganho a forma de proposta como o Partido Socialista tinha feito com tantas outras coisas. Ao ter feito uma pergunta de uma forma muito concreta, muito objetiva ao executivo municipal relativamente aos apoios, nomeadamente às IPSS's e naquele caso à Associação dos Socorros Mútuos e o que é que estava o executivo municipal



a fazer, considerando que até se estava a falar de uma pessoa que tinha informação privilegiada face a outra condição que não seria aquela que ali exercia de vereador sobre aquelas matérias e como tinha tido informalmente antes da reunião começar.

Como tinha sido dito pela Sra. Presidente e era verdade, o Partido Socialista tinha na sua posse um conjunto de informações que estavam vertidas nas propostas que ali foram apresentadas. Ainda existia uma outra questão, nem sequer tinha havido a singeleza e a humildade de aguardar até por um ponto de situação daquilo que é o estado das circunstâncias por parte do executivo municipal, mas apenas questionar sobre quais foram as medidas tomadas pelo executivo municipal, que é quem está a coordenar. Houve aquela precipitação de um necessário protagonismo para se poder expor perante aquelas questões e tinha decorrido como decorreu.

Disse que desde o primeiro momento, como é sabido, aquele departamento viu-se confrontado com todos os condicionamentos e de ter que parar a sua atividade.

Informou que, naquele momento, tinham sido obrigados a ter que cancelar 160 iniciativas só na área da cultura, como iniciativas da Casa da Cultura, do Fórum Municipal Luisa Todi, do Convento de Jesus relacionado com a sua inauguração e o que já estava planeado, do Cinema Charlot e um conjunto de outras tantas iniciativas que tinham lugar nos mais diferentes espaços do município inclusive em espaço público.

Disse que tinha havido um esforço desde a primeira hora para tentar não cancelar definitivamente muitas daquelas iniciativas e tentar encontrar novas datas para a grande maioria delas.

Foi preocupação da Sra. Presidente, logo no primeiro momento, de encontrar sobretudo junto dos artistas locais um conjunto de ações que fossem viáveis e concretizáveis e foi desencadeado um conjunto de contatos com esses artistas para poderem fazer pequenos apontamentos, como tinha acontecido, nomeadamente os que eram ao vivo, às quartas-feiras e aos sábados. Já tinha estado a Susana Martins, o Jorge Nice, a Inês Pereira, a Maria do Céu Freitas e naquele dia seria a Carla Lança. Informou, ainda, os senhores vereadores que estava agendado, até ao dia 31 de maio, 130 iniciativas, as quais iam desde o Atelier, que tinha a ver com a Casa da Cultura, de atividades de serviço educativo para as crianças e para as famílias, de atividades da Divisão da Juventude que as mantinha programadas on-line, e por exemplo naquele dia realizar-se-ia um Quiz on-line.

Acrescentou que existia aquele projeto de tentar, dentro dos condicionalismos que a situação impunha, manter no quadro on-line aquelas atividades e que cumpria duas funções. Sabendo que aquela não era a prioridade fundamental, a qual era responder às necessidades das pessoas, mas sabia-se que havia ali uma componente essencial que eram estas respostas para também se poder proporcionar alguns momentos culturais.

Informou que na semana seguinte iriam começar, tinha sido um bocadinho mais complicado, para se encontrar ali os meios, e o desporto ia também desencadear um conjunto de ações dirigido ao público em geral e ao público que tinha as atividades do Desportivamente em (Re)Forma. Não era muito fácil, porque algumas daquelas pessoas não tinham plataformas para poderem aceder, mas tentar desencadear através dos cerca de 1.000 idosos que tinham aquelas atividades para lhes poder proporcionar algumas atividades em casa, o que decorria também de eles terem aqueles meios e aqueles mecanismos, o que nem sempre acontecia.

Disse estarem também a preparar ainda um documento para os mais jovens, no âmbito da atividade “O Pequenininho”, que era realizada pela Divisão de Desporto, para um conjunto de exercícios poderem ser executados pelos pais e pelas crianças. Estavam igualmente a fazer atividades em parceria com alguns ginásios, que era uma forma também daquelas pequenas e microempresas poderem continuar a ter uma relação e algumas já mantinha, através da Câmara Municipal, para poderem manter aquelas mesmas atividades.

Concluiu que eram aquelas atividades, as quais tinham sido divulgadas exaustivamente nas redes sociais e também no site da Câmara Municipal de Setúbal, e tanto quanto lhes era possível tinham respondido de uma forma capaz àquilo que eram as circunstâncias vividas naquele momento.



Leu a seguinte moção, acerca do 46.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, que fica arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

*“46º Aniversário do 25 de Abril de 1974*

*Na hora em que o mundo enfrenta um dos mais difíceis desafios do último século, elegendo como prioridade imediata o combate coletivo à pandemia do novo Corona Vírus declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março passado, importa também lembrar que, há 46 anos, Portugal e os portugueses venceram um dos mais importantes combates da sua história contemporânea.*

*Em 25 de abril de 1974, uma revolução vitoriosa e transformadora iniciou nova era para todos os portugueses e portuguesas, instituindo a democracia e uma criativa luta pela melhoria das condições de vida de um país que era necessário resgatar de vários tipos de pobreza.*

*Quarenta e seis anos depois, muito se conquistou, muito se construiu, pesem embora as muitas expectativas geradas pela revolução popular que continuam por cumprir.*

*Uma das mais valiosas conquistas de Abril, não aceite por todos no momento da sua criação, foi o Serviço Nacional de Saúde, com o qual o Estado aceitava prestar a todos os portugueses e portuguesas cuidados de saúde de forma universal e gratuita. Os mesmos que recusaram a gratuidade vieram mais tarde a impor, na revisão constitucional de 1989, o caráter “tendencialmente gratuito” do SNS, abrindo-se, assim, a possibilidade de criação de taxas moderadoras e de maiores dificuldades de acesso ao sistema para os mais desfavorecidos.*

*No momento em que o SNS é a linha da frente do combate ao COVID-19 é imperativo, por ocasião do 46º aniversário do 25 de Abril, valorizar esta conquista da revolução e afirmar a importância de continuar a defender intransigentemente o Serviço Nacional de Saúde, exigindo o seu reforço com meios adequados para enfrentar desafios como o que hoje temos pela frente.*

*Ainda que se registem dificuldades assinaláveis no SNS, é graças ao sistema de saúde tornado possível pelo movimento transformador dos militares de Abril que hoje o país está mais bem preparado para responder à ameaça do novo Corona vírus. Merecem, por isso, forte saudação todos os que, por estes dias, no SNS e na governação do sistema se empenham e arriscam na prestação de cuidados de saúde, assim como todos os que, nas últimas quatro décadas, sempre defenderam o sistema de saúde nascido da revolução de 1974.*

*Abril não poderá ser comemorado nas ruas este ano para que possamos cumprir as imperiosas regras do confinamento social que impedem a progressão da pandemia. Será, contudo, comemorado por muitos e muitos, nas suas casas, cantando o hino libertador da revolução que José Afonso nos legou. Será comemorado porque, acima de tudo, os valores que motivaram os militares de Abril a fazer cair um velho regime caduco e medíocre continuam bem vivos nas almas da esmagadora maioria dos portugueses.*

*Viva o 25 de Abril!”*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que se associavam à moção apresentada pela CDU e que também tinham uma moção sobre o 25 de Abril para apresentar.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que concordava com o texto daquela moção, mas que desejava fazer uma pequena clarificação.

Referiu que o Serviço Nacional de Saúde não era exatamente uma conquista da revolução, mas uma conquista da democracia que se seguiu à revolução de 1974.

Acrescentou que o Serviço Nacional de Saúde não tinha sido contruído com base numa legislação aprovada no parlamento, mas que fora construído por um conjunto largo de legislação que se lhe sucedeu, bem como a construção das carreiras de médicos, de enfermeiros e a distribuição e construção de hospitais pelo país ao longo de todos estes anos.

Mencionou ser uma questão da democracia e que podia ter-se iniciado um novo modelo na revolução, mas não foi a revolução que criou o Serviço Nacional de Saúde.

**Sra. Presidente** – Respondeu que se não fosse a revolução não havia democracia, não havendo democracia não havia o SNS.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Referiu que, se bem conhecia a história, também poderia saber que existiam vários modelos para o Serviço Nacional de Saúde em discussão na altura, e foi por esse motivo que o seu partido votou como votou na altura. Acrescentou que não convinha esquecer, também, que muitas outras leis e regulamentos e construções de hospitais foram feitos durante os vários anos em que o PSD dirigiu o país.

**Sra. Presidente** - Disse que se não tivesse havido 25 de Abril, nem PSD havia.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Solicitou que a moção do 25 de Abril ficasse em ata e pediu a escusa da leitura, porque tinha que fazer ainda algumas alterações.

Deixou ainda um complemento à moção apresentada pela CDU, a qual fez referência, e muito bem, ao Serviço Nacional de Saúde e ao momento especial que se vive hoje e à necessidade do reforço do Serviço Nacional de Saúde.

Cada um terá a sua visão desta questão, mas têm o direito de defender e hoje são confrontados com uma certa situação que os faz pensar que a posição de alguns no passado, quando quiseram destruir o Serviço Nacional de Saúde, hoje é de reivindicarem um Serviço Nacional de Saúde mais forte. É a realidade que se vive hoje e é bom não se esquecerem, porque faz todo o sentido hoje como ontem o reforço no Serviço Nacional de Saúde.

Houve um desinvestimento brutal no Serviço Nacional de Saúde que hoje se reflete naquilo que são as capacidades de dar apoio às populações. Disse que esta era a triste realidade do Serviço Nacional de Saúde, mas ainda bem que ele existe com todas as carências e deficiências que lhe fizeram nos últimos seis anos e que hoje o Governo está a tentar retomá-lo com muito esforço, dando condições aos profissionais de saúde para poderem prestar o apoio a todos aqueles que necessitam deste Serviço Nacional de Saúde que é para ficar e para ser defendido sempre.

A moção referente ao 46.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, fica arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.

*“Como é por demais sabido, vivemos tempos difíceis e muito exigentes face à inesperada pandemia da COVID-19 que se abateu sobre o mundo e que se tornou num combate universal. Mas devemos enfrentar este momento difícil com serenidade, esperança e otimismo no futuro e de estamos cada vez mais perto de, a curto prazo, retomar, progressivamente e de forma cautelosa, algumas das rotinas da nossa vida social. Tal como há 46 anos, ganhar em Abril a liberdade futura é o propósito que tem, agora, de nos mobilizar. E é com todos e por todos que continuaremos a percorrer este caminho de conquista da nossa liberdade plena que Abril trilhou, e que hoje mais do que nunca, perante esta pandemia, temos de voltar a reconquistar.*

*Assinalar o 25 Abril é celebrar as suas inalienáveis conquistas como o Poder Local Democrático que, hoje mais do que nunca, neste contexto pandémico, desempenha um papel insubstituível no auxílio mais próximo e direto às nossas populações. A todos os autarcas, e em particular aos do nosso concelho, da Câmara e da Assembleia Municipal de Setúbal, bem como das freguesias de São Sebastião, do Sado, de Gâmbia Pontes e Alto da Guerra, da União de Freguesias de Setúbal, e da União de Freguesias de Azeitão, que diariamente trabalham para melhorar a resposta de Setúbal a esta pandemia e garantir que nada falta aos setubalenses, a todos o nosso imenso obrigado. O vosso serviço, a vossa entrega e a vossa dedicação são a garantia que a Democracia de Abril está bem viva e ao serviço do povo, que é quem mais ordena.*

h

*Assinalar o 25 Abril é celebrar o Serviço Nacional de Saúde como uma inabalável conquista coletiva do nosso país e o indispensável garante de que a saúde não é um privilégio de alguns, mas um direito de todos. Aos profissionais de saúde e a todos os que o ajudaram e ajudam diariamente a construir, (médicos, enfermeiros, auxiliares, técnicos, administrativos, voluntários entre tantos outros), o nosso imenso obrigado. E em particular nesse momento de pandemia, de luta contra a doença pela salvaguarda da saúde pública, a nossa gratidão para convosco será sempre eterna. O vosso serviço, a vossa entrega e dedicação sempre incomensuráveis, são a garantia que a Democracia de Abril está bem viva e respira saúde.*

*Assinalar o 25 Abril é celebrar a Escola Pública. A todos os professores, diretores e coordenadores de escola, pais e encarregados de educação que em tempo recorde se reinventam diariamente para garantir o ensino universal, ainda que à distância e adaptado ao mundo digital, e assegurando que nenhum aluno fica para trás no seu percurso escolar, garantindo que a educação continua a ser uma ferramenta decisiva no futuro de cada um. Mas também a todo o pessoal não docente que continua a garantir abertura de diversas escolas para o serviço de milhares de refeições diárias aos alunos mais carenciados e para acolher os alunos filhos de pais com profissões essenciais no combate à pandemia, a todos o nosso imenso obrigado. O vosso ensinamento, a vossa entrega e a vossa dedicação são a garantia que a Democracia de Abril está bem viva e em constante aprendizagem, e tendo sempre presente que como dizia Nelson Mandela “a educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo”.*

*Assinalar o 25 Abril é celebrar o Estado Social, com a robustez e a capacidade necessárias para auxiliar todos, mas, em especial, os mais vulneráveis, A todos os trabalhadores que neste contexto de pandemia continuam a exercer presencialmente as suas profissões para garantir o funcionamento essencial da nossa economia, a garantir a nossa proteção civil e segurança, em especial no nosso concelho de Setúbal, bem como aos trabalhadores da área social que diariamente continuam a multiplicar a solidariedade aos mais vulneráveis e a combater as desigualdades sociais. A todos o nosso imenso obrigado, o vosso serviço, entrega e dedicação são a garantia que a Democracia de Abril está bem viva e que garante mais justiça social. Mas também a todos os que perderam o seu emprego ou viram reduzidos os seus rendimentos e vivem com incerteza o seu futuro é preciso garantir o compromisso de que o apoio e a solidariedade do Estado Social que construímos com a democracia de Abril valeu e vale a pena, e que tudo fará para que ninguém seja votado à indiferença nem deixado só.*

*Assinalar o 25 Abril é celebrar a Liberdade. Às gerações dos nossos pais e avós que lutaram pela nossa liberdade coletiva, para que as gerações filhas de Abril pudessem nascer e crescer em liberdade, o nosso imenso obrigado. Este é o tempo de cuidarmos especialmente daqueles que sempre tudo nos deram e retribuir-lhe lhes tudo o que fizeram por nós e pelo nosso futuro em liberdade. E mesmo que o futuro nos pareça agora ainda mais incerto e se antevejam ainda mais dificuldades, não baixemos os braços, mas tomemos como exemplo a luta e a coragem dos nossos pais e dos nossos avós na luta pela nossa liberdade coletiva que demorou décadas a conquistar, mas que foi conseguida. E tenhamos bem presente a necessidade de se continuar a fazer cumprir Abril na luta pela emancipação das novas e futuras gerações, por futuro com direitos e com oportunidades para todos os jovens em particular os jovens de Setúbal, no acesso à educação, à habitação, ao emprego digno, por um futuro onde os seus sonhos possam continuar sempre a ser sonhados e possam continuar sempre a tornar-se realidade.*

*Estas e tantas outras inabaláveis e indelévels conquistas são mais que motivo para assinalarmos, hoje e sempre, o 25 de Abril, mesmo que adaptados às dificuldades e limitações que as circunstâncias pandémicas que vivemos nos obrigam. Mas a dificuldade do desafio em nada nos deve fazer ter medo, mas antes agigantar-nos na resistência e na luta, com a mesma coragem, convicção e determinação com que os protagonistas de Abril forjaram há 46 anos um novo horizonte coletivo de esperança, livre e democrático. Um novo horizonte que agora também nós somos de novo chamados a protagonizar e a redescobrir, e que passará por Setúbal e pelas nossas gentes, a “cidade sem muros nem ameias” das*

*canções de Zeca Afonso, a nossa cidade que é capital e dá nome ao distrito onde fica Grândola, a eterna vila morena e terra da fraternidade, a cidade de Bocage e da sua "querida e suspirada liberdade".*

*Em casa ou a trabalhar, mas protegidos e em segurança,  
Hoje, amanhã e sempre,  
Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade!"*

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 18 de março de 2020**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

### **2. Deliberação n.º 135/20 – Proposta n.º 26/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso público n.º 9/2020/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º Ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2020/2021.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 a 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 136/20 – Proposta n.º 29/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Renovação do licenciamento Microsoft – Concurso Público n.º 11/2020/DAF/DICOMP/SECOMP.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 18.

**Sr. Vereador Rui Lamim** - Referiu que aquele concurso era relativamente fechado, o licenciamento e o software para a autarquia. Que poderia ser orientado no sentido de um objetivo e não indicando quais as ferramentas, mesmo daquele fornecedor, para atingir esse mesmo objetivo e tinha como prazo ou espaço natural de três anos, e nesse tempo muitas coisas poderiam mudar.

Disse não querer introduzir areia na engrenagem, mas poder-se-ia pensar em passar grande parte daquilo que era aquele software para plataformas "cloud", etc.. Um software que não ficasse instalado em máquinas, mas virtualizando algum desse software, o que seriam questões técnicas.

**Sra. Presidente** - Confessou que era um zero à esquerda relativamente à informática, mas que tinham que ter tudo legal, porque poderiam vir a estar sujeitos a uma inspeção. Esclareceu que mesmo aquilo estando na "cloud" teria que ter licenciamento e teria que ser pago, porque se não estivesse legalizado poderiam até serem presos por ser considerado pirataria.



**Sr. Vereador Rui Lamim** - Respondeu que da forma como estava implicava que o cumprimento do contrato era feito durante três anos, mas que poderia ser de uma forma mais flexível, permitindo ao fornecedor poder propor soluções para virtualização de algum software introduzido nas máquinas.

**Sra. Presidente** - Disse que tinham muitas e muitas licenças cada serviço, às vezes, tinham três e quatro licenças. Informou que tinham 5 departamentos e 56 divisões e às vezes só um serviço de uma das divisões tinha três ou quatro licenças. Na área da educação existiam não sabia quantas licenças e tinha que estar tudo legalizado.

Eram mil utilizadores e tinha que existir licenciamento para todos e para tudo.

Mencionou que o Dr. Paulo Hortênsio estava a referir que o COVID 19 tinha posto à prova o mundo todo e até naquilo tinha havido muitas pessoas que ficaram em teletrabalho. O Governo decidiu, e bem, pagar dois terços do ordenado para as pessoas que tinham filhos menores de 12 anos, para ficarem em casa e um terço a quem estava a recibos verdes. A Câmara Municipal de Setúbal mandou essas pessoas para casa e está a pagar na totalidade, quer a quem estivesse a recibos verdes, quer a quem estivesse no quadro, mas para isso teve que os pôr em teletrabalho, porque só dessa forma é que poderiam receber na totalidade. Foi uma forma de se apoiar, também, os trabalhadores e as famílias, muitas daquelas pessoas não tinham computador em casa ou não tinham os programas que eram necessários para trabalharem e tiveram que levar o seu computador, deixando um documento assinado. Acrescentou que se a Câmara não tivesse as licenças registadas os trabalhadores não poderiam levar os computadores para casa.

**Sr. Vice-Presidente** - Explicou que para poder participar na reunião, através de videoconferência, só era possível porque a câmara tinha licenciamento para o Office 365 para que se poder trabalhar em casa, o que não tinha nada a ver com o estado atual ou com o estado do servidor físico, essas questões eram técnicas e não eram suscetíveis de ter um comentário ligeiro para recomendar algo que levou muito tempo a preparar e que tinha as necessidades do sistema informático do município devidamente acauteladas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS e 1 abstenção do PSD.

**4. Deliberação n.º 137/20 – Proposta n.º 30/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Anulação do ato administrativo de aprovação das peças do procedimento e de início do procedimento: Concurso Público n.º 13/2019/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção e exploração de três parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 23.

**Sra. Presidente** - Confessou que foi um processo extremamente complexo, foi um concurso que demorou um ano, houve 137 dias para as pessoas concorrerem após a aprovação pela Assembleia Municipal, e depois foi preciso reunir o júri e discutir. Foi um processo muito complicado, mas tinha havido uma reclamação que o júri entendeu por bem atender e por esse motivo anular o concurso.

Disse que mais à frente iriam ver novamente a abertura daquele mesmo concurso, mas com outro cálculo legal.

Solicitou à Eng.ª Fátima Nogueira, que era peça chave e fundamental naquele programa, que explicasse os motivos que levaram ao atendimento daquele provimento, feito por um concorrente, que levou à concordância da anulação daquele concurso.

**Sra. Eng.ª Fátima Nogueira** - Explicou que era com muita tristeza que via aquele concurso ir abaixo, porque tinham sido muitas horas de trabalho durante um ano, mas que, efetivamente, a forma de preço da câmara não respeitava o Código da Contratação Pública, porque a forma como foram avaliadas as propostas, em termos de preço, recorreu à proposta que era mais vantajosa para o município. O que o Código da Contratação Pública dizia era que as propostas só poderiam ser valorizadas por aquilo que apresentam por si só, não se podia fazer remissão às propostas nem melhores, nem piores do concurso. Como tal aquele concurso tinha um vício, o qual não era sanável e por isso teve que ser anulado.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Perguntou qual era a inconformidade.

**Sra. Eng.ª Fátima Nogueira** - Respondeu que a inconformidade era o artigo 139.º, n.º 4 do Código de Contratação Pública que dizia que o preço ou a majoração de uma proposta só poderia ser feita pelo que realmente tinha de atributo, não podia recorrer a sua majoração a atributos de terceiros, que tinha sido o que a fórmula de preços da Câmara pressupunha. Faziam a majoração das propostas em relação à proposta mais vantajosa e faziam a majoração face à proposta mais vantajosa e ao preço base e isso não poderia ser feito dessa forma e como não foi detetado, veio em fase de relatório preliminar, em audiência prévia, um concorrente dizer precisamente que o preço não podia ser avaliado com base na proposta mais vantajosa para o município.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Perguntou se isso foi comunicado à empresa.

**Sra. Eng.ª Fátima Nogueira** - Disse que iria ser comunicado após a deliberação municipal e também às outras empresas concorrentes, que tinha sido três.

**Sr. Vereador Fernando José** - Disse que, segundo o que percebeu da análise da proposta é que já existia uma lista, uma empresa que estava ...

**Sra. Eng.ª Fátima Nogueira** - Informou que existiu a fase de esclarecimentos, a fase de erros e omissões e nenhuma empresa e nem a empresa que concorreu, nem a que estava a colocar em questão o concurso, nenhuma tinha feito qualquer menção àquela fórmula de preços, mas tinha vindo agora invalidar o procedimento com essa fórmula de preços que ela aceitou com o caderno de encargos.

**Sr. Vereador Fernando José** - Disse que a empresa que supostamente iria ganhar o concurso poderia vir a impugnar judicialmente aquela decisão tomada ali naquele dia.

**Sra. Eng.ª Fátima Nogueira** - Respondeu que era inválido, que era uma violação clara do Código de Contratação Pública e não havia volta a dar.

**Sr. Vice-Presidente** - Disse parecer que era, de facto, uma violação, mas não estava clara e que era uma das questões mais controversas no Código de Contratação Pública.

Referiu existir uma vastíssima jurisprudência sobre aquele artigo 139.º, n.º 4, de forma largamente maioritária no sentido de interpretar, ou seja, não pretendendo evitar o que era impossível e evitar a comparabilidade, teria que haver uma melhor proposta em relação às outras, mas a redação daquela norma que o próprio Tribunal Central Administrativo no acórdão, o qual foi recolher de 2010 sobre um concurso do Instituto de Emprego e Formação Profissional, era o próprio tribunal que dizia que a citada norma do código dos contratos públicos de forma pouco clara e infeliz, embora não proibisse a avaliação relativa das





propostas, o mesmo seria dizer que a sua comparação vinha impedir que no programa do concurso fossem discutidas as pontuações a atribuir a cada das propostas em função das características ou atributos de outra.

Disse que se poderia considerar que o valor superior ou inferior a outra proposta seria um atributo dessa mesma proposta, mas que os tribunais tinham decidido pela invalidade das formulações que colocavam a comparação a partir do preço base ou da proposta mais alta e parecia não haver grande solução que não fosse dar outra solução, seria apenas uma questão de redação mexendo na fórmula para que pudesse ser avaliado só aquilo que propunha independentemente da comparação dos outros.

Referiu que a questão não era simples e este "erro" era um erro comum em inúmeros processos da contratação pública.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Referiu que tinham lido e analisado a proposta e que lhes tinha deixado algumas dúvidas, as quais não tinham a ver com questões legais que eventualmente com a responsabilidade de todos, gostariam de ter mais informações sobre o processo e daquilo que se poderia eventualmente seguir à votação desta proposta. Disse saber que não era fácil, mas gostavam de ter outra base para poderem decidir.

Não tinha a ver com a proposta em si, mas com o procedimento que estava dentro das regras legais e que defendia quem tinha que decidir. Havia quem decidisse com riscos, o que fazia parte da vida.

Continuou dizendo que gostavam de ter mais base para poderem analisar melhor e de uma forma objetiva.

**Sra. Eng.ª Fátima Nogueira** - Questionou o vereador sobre o que é que ele entendia sobre qual era a base que poderia de alguma forma fortalecer a decisão e dar mais corpo àquela questão.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Disse terem algumas dúvidas que não tinham a ver com a proposta em si, mas gostariam de ter mais informação, a qual naquele momento não existia e a que existia era um pouco subjetiva e iria depender da interpretação de cada um.

**Sra. Eng.ª Fátima Nogueira** - Disse que aquela questão de os atributos da proposta serem valorizados só pela proposta em si e não recorrendo a propostas de terceiros tinha "n" teses de mestradós, de jurisprudência e até o próprio concorrente que tinha feito aquela alegação colocava uma vasta jurisprudência sobre aquela questão que invalidava aquele procedimento. Disse defender, como membro do júri, aquele ato de anulação e que deixava à consideração de quem tinha o direito de decidir.

**Sra. Presidente** - Disse que tinham que decidir, que tinham que anular. Informou que a proposta era a mais favorável para o município e que lhes estava a custar muito aquela decisão, porque era mesmo muito favorável e naquele momento entraria nos cofres do município muito dinheiro, mas não podiam correr riscos legais e por isso tinham que anular.

Informou, ainda, que mais à frente tinham uma outra proposta de concurso, de acordo com o artigo evocado e que iriam fazer com que fosse mais rápido o concurso, que no anterior, levaram 137 dias e agora iriam levar 30 dias para apreciação das propostas, de acordo com a lei, que era o prazo mínimo. Se fossem estas mesmas empresas a concorrer já conheciam bem o processo e depois da Assembleia Municipal teriam 30 dias para concorrer.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Questionou se o risco de anular era inferior ao risco de manter o concurso com alguma inconformidade que pudesse ser sanada.

**Sra. Presidente** - Respondeu que não podiam ir parar ao tribunal. O Sr. Vereador Manuel Pisco também leu uma série de artigos e não podiam ficar nos pareceres, aquilo era

jurisprudência e podia ir para tribunal, o que poderia levar anos, porque depois recorriam e o outro recorria.

**Sr. Vereador Fernando José** - Disse poder acontecer que a empresa que estava à frente naquele concurso também poder vir a impugnar e que era um risco que também se corria.

**Sra. Presidente** - Respondeu que era muito menos provável que essa situação viesse acontecer, porque é muito claro.

Explicou que o que o Sr. Vereador Manuel Pisco disse foi para se agarrarem ao artigo 139.º e não se sair dali, mas não estava nada de acordo com isso, porque eram uma série de interpretações jurídicas, mas a lei dizia que era assim.

Referiu que veio uma série de jurisprudência dos outros concorrentes a dizer que não era assim e que era de outra forma e todos os membros do júri decidiram, por unanimidade, que acautela, era melhor irem pela anulação do concurso.

Ausentou-se da sala de sessões o Sr. Vereador Fernando José e não fez parte da votação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 7 votos a favor da CDU, 1 voto contra do PSD e 2 abstenções do PS.

Regressou à sala de sessões o Sr. Vereador Fernando José.

#### **5. Deliberação n.º 138/20 – Proposta n.º 31/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Acordo para constituição de agrupamento de entidades adjudicantes.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS e 1 voto contra do PSD.

#### **6. Deliberação n.º 139/20 – Proposta n.º 32/2020 – DAF/DICONT - 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 4.ª Alteração ao Plano de Atividades – Ratificação.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS e 1 abstenção do PSD.

#### **7. Deliberação n.º 140/20 – Proposta n.º 33/2020 – DAF/DICONT - 5.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 4.º ao Plano Plurianual de Investimentos.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

**8. Deliberação n.º 141/20 – Proposta n.º 34/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

**Sr. Vereador Rui Lamim** - Fez a seguinte declaração de voto: *"Nós achamos que não faz sentido nenhum, no momento em que vivemos, tanto nesta sociedade portuguesa, neste momento em particular, que são momentos únicos nesta cidade, lançar um concurso desta dimensão com um modelo, que é um modelo que já foi apresentado anteriormente e que nós temos vindo ao longo do tempo a discordar.*

*Acrece que votámos contra todas estas três propostas, elas são as deliberações 137, 138 e 141, porque não está claro qual é a sequência ou o impacto destas várias decisões no futuro da cidade, em especial no que diz respeito à primeira, referente à anulação do contrato.*

*De uma forma mais sentimental, este não é o momento para lançar um concurso deste género. Nós não sabemos o que vai acontecer."*

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Fez a seguinte declaração de voto: *"Nós remetemos para aquilo que foi a nossa posição inicial sobre esta proposta."*

**9. Deliberação n.º 142/20 – Proposta n.º 35/2020 – DAF - Ratificação das Medidas de Apoio ao Comércio Local - COVID-19**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34.

**Sr. Vereador Fernando José** - Disse que uma análise precipitada da proposta que o Partido Socialista tinha trazido há pouco, tinha levado a conclusões também elas precipitadas, para não adjectivar de outra forma.

Referiu que aquela proposta ia merecer o acolhimento deles, mas apelavam à Sra. Presidente e ao executivo que verificassem a possibilidade daquelas medidas serem alargadas, era o que estava na proposta que o PS trouxe ali. Umhas que eram obviamente novas e que não estavam implementadas pela câmara, mas outras que visavam complementar o que nesse dia tinha sido trazido ali e que estava vertido apenas e só naquela proposta.

Quanto à questão da isenção do pagamento das taxas mencionou que o que era proposto pela Câmara Municipal de Setúbal era que aquilo durasse durante o Estado de Emergência e no mês seguinte, obviamente sem prejuízo de uma avaliação, como foi dito e bem pela Sra. Presidente e pelo vereador Carlos Rabaçal.

Disse que a verdade é que que tinham que dar ali alguma segurança, alguma certeza aos comerciantes e quando a câmara apresentava uma proposta que referia o dia 1 de março até

ao final do mês seguinte ao que se verifica do Estado de Emergência, mas ninguém sabia quando é que o Estado de Emergência ia ser renovado. A declaração daquele Estado de Emergência ia até ao dia 17 de abril e não se sabia se seria ou não renovado. Em caso de não ser renovado, não havia nenhuma informação sobre isso, aquilo que estava naquela proposta é que em junho os comerciantes começariam a pagar.

Referiu que o que pretendiam ali era que a Câmara Municipal de Setúbal equacionasse ir um pouco mais além naquelas medidas de apoio ao comércio e que não dependiam do Governo, dependiam da Câmara Municipal, dependiam de cada uma das câmaras municipais.

Desta forma, faziam ali o apelo para que aquela medida, que não tinha a ver com populismos, nem com falsas medidas não concretizáveis, mas com medidas pragmáticas e que podiam ser concretizáveis.

O que traziam ali, quanto à questão das rendas, por exemplo, era que as isenções das rendas não habitacionais pudessem ir de março até junho.

Relativamente à isenção da ocupação da via pública, mencionam só as esplanadas, mas também existiam os toldos, as bancas, os quiosques.

**Sra. Presidente** - Respondeu que essa questão já tinha ido, aquela parte mencionada na proposta é que ainda não.

**Sr. Vereador Fernando José** - Disse que o que estavam ali a propor era ir mais além, porque o que ali era mencionado era que durante o Estado de Emergência, e a Sra. Presidente poderia dizer que a câmara não conseguiria, não poderia, porque tinha as contas feitas, mas que traziam uma proposta concreta e que, pelas contas que o Partido Socialista tinha feito, seria possível fazer uma isenção daquelas taxas até ao final do ano. Isso sim, seriam medidas verdadeiras, medidas de apoio ao comércio.

Para terminar questionou se fazia sentido, e disse não estar ali a falar da questão do saneamento ou da água, porque isso tinha a ver com a Águas do Sado e teria que haver uma negociação, mas se fazia sentido que o comércio, a restauração, a hotelaria estarem naquele momento a pagar a taxa de resíduos, que era receita da Câmara Municipal no mês de março, no mês de abril e no mês de maio em que supostamente estariam fechados. Não fazia sentido, por isso é que o Partido Socialista trouxe aquela proposta concreta.

Apelavam relativamente àquele trabalho que foi feito por todos os vereadores do Partido Socialista, os que estão ali naquele dia e pelos que não estão, por todos os autarcas da Assembleia Municipal e também nas Assembleias de Freguesia e pelo Secretariado da Comissão Política Concelhia. O que ali foi apresentado e discutido, era que naquelas medidas de apoio ao comércio local se pudesse ir um pouco mais longe e que o mês de junho estivesse contemplado, porque dava segurança aos comerciantes, aos donos dos restaurantes, dos cafés, dava segurança saber que tinham até junho para pagar, pelo menos, já que não queriam analisar as outras propostas do Partido Socialista.

**Sra. Presidente** - Disse que relativamente àquele proposta, porque em relação às outras já estavam tomadas, tinham situações muito diversificadas e que iriam estudar, após esse mês, após o término do Estado de Emergência, se acabasse no final de abril, era a sua percepção, porque também não tinham informação de ninguém. Se o Plano de Emergência acabasse no final de abril aquilo estava contemplado até final de maio, mas seriam verificados caso a caso as exceções que poderiam existir. Havia muitas empresas que já tinham pago, mas estavam a verificar para isentá-los para a frente, quando e como, porque não tinham dinheiro para a devolução, e quem não tinha pago ficaria isento de o fazer. Todas estas situações estavam a ser estudadas e não se poderia dizer naquele momento, com segurança, que era taxativo um mês ou mais dois meses, mas que seria alvo de estudo a prorrogação da isenção. Não podia ser de qualquer maneira, aquilo era mais complexo do que parecia.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** - Disse que estavam a cada momento em condições de garantir situações de melhoria e que justificassem essa melhoria de apoio.

4

Referiu não valer a pena andarem a correr, porque em qualquer momento poderiam fazê-lo. Voltando às rendas de habitação, que foi o exemplo dado, havia quem já tivesse pago e havia quem ainda não tivesse pago, porque não tinha podido, depois seria avaliado no conjunto, não havia pressa e resolveriam aquele problema às pessoas que já tinham muitos outros problemas e não inventar ideias porreiras que serviam uns e não serviam a outros e que chocavam com coisas que já tinham acontecido no terreno. Essas situações teriam que ser ajustadas e teriam que ser olhadas com calma.

Quanto à situação concreta que se iria encontrar dali a um mês, nessa altura analisar-se-ia com calma. As pessoas confiavam mais no executivo do que a bancada do Partido Socialista, e confiavam que estavam a fazer o melhor para eles e que estavam a fazer esse esforço.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Disse que não desconfiavam do executivo, não era isso, e certamente que as pessoas confiavam no executivo como confiavam neles, mas era bom que ficasse naquela proposta essa possibilidade de avaliação da situação para além daquela data, podendo eventualmente ser alterada e prolongar-se no tempo.

**Sra. Presidente** - Disse julgar que em maio estariam em condições de fazerem uma outra proposta, esperando que as condições fossem bem diferentes.

Disse já ter feito mais por Setúbal, não vivendo em Setúbal, do que o vereador que nasceu em Setúbal e que tem um currículo notável.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Perguntou se era possível fazer essa alteração.

**Sra. Presidente** - Respondeu que não e que em maio iriam ver como é que estaria toda a situação e se procederiam à retificação daquela ou de outras propostas.

**Sr. Vereador Rui Lamim** - Disse concordar plenamente com aquela proposta, a data era a que ali estava, mas poderia ser outra, porque poderiam haver novos documentos ou novas propostas sobre aquele caso específico. Acrescentou terem tempo e que poderiam gerir a situação.

Mencionou que o único ponto que talvez, sabendo que seria difícil implementar, eram os apoios que a Câmara Municipal de Setúbal, como a isenção de taxas ou outras, os beneficiários desse mesmo benefício ou dessa isenção pudessem ter como contrapartida não despedir. O objetivo era manter o tecido social que existia.

Disse saber que era muito difícil, se não quase impossível incluir aquilo como forma de um tipo de contrato, mas que, em termos de princípio, se fosse possível, quando fosse possível, aquilo pudesse ser adotado.

**Sra. Presidente** - Perguntou ao vereador se ele sabia quanto é que eles pagavam por mês, porque neste momento era dinheiro e estavam a trabalhar pouco.

Referiu que uma coisa era o Governo, e bem, ter feito uma *lay-off* pagando dois terços do salário, mas depois solicitar que em contrapartida não despedissem, seria notável.

**Sr. Vereador Rui Lamim** - Respondeu que não era isso que tinha dito. Disse que concordava com aquela proposta, mas no geral as isenções que deviam ser dadas pudessem ter esse sentido, porque era importante fomentar e continuar a manter o emprego.

**Sra. Presidente** - Respondeu que contrapartidas não. Coitados. Coitados no sentido de tudo o que lhes caiu em cima da cabeça e também de todos, porque também na câmara se faziam muitas contas para se pagarem salários, etc.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** - Referiu que todas as medidas que a câmara efetuava naquele momento tinha que ter base legal e tinha que ter garantias de que podiam ser tomadas, porque tinham que ser concretizáveis. Havendo o enquadramento para uma medida

daquelas, tendo em conta que se estava a falar de isenções de espaços que foram encerrados e que não podiam ter atividade, era de todo compreensível. Enquanto o Governo tinha capacidade de perceber e controlar se havia despedimentos ou não, a Câmara Municipal não tinha propriamente essa garantia.

Relativamente a outras propostas que ali foram, que tinham a ver com taxas de resíduos e coisas do género, era bom perceber o que é que a ERSAR, o que é que a legislação sobre a fiscalidade verde colocava sobre essas matérias e se certas medidas, que podiam ser muito interessantes e muito populistas, não significavam um transferir de encargos para a população que estava a ver os seus rendimentos reduzidos.

Sabia-se que havia muitas câmaras que já tinham feito muita coisa, não se sabia era o enquadramento legal para as fazer. A autoridade que tinha a responsabilidade sobre aquelas matérias, o que é que depois iria dizer, terminado o Estado de Emergência, a estes municípios relativamente àquelas questões.

Explicou que estavam a tomar medidas importantes no momento certo e que tinham a possibilidade de continuarem a tomar as medidas que fossem necessárias, no âmbito do Estado de Emergência ou no âmbito do Plano Local que estivesse definido e determinado. Mesmo não havendo Estado de Emergência poderia haver enquadramento do Município de Setúbal face à situação concreta e em maio poderiam continuar a decidir.

**Sr. Vereador Pedro Pina** - Aproveitou para partilhar que a informação estava no site da Câmara Municipal, relativamente às rendas sociais, desde o dia 18 de março.

Perguntou ao Sr. Vereador Fernando José se podia disponibilizar à Câmara Municipal as contas que tinham feito, uma vez que realizou essas contas com base na informação que tinha, para se perceber.

Disse que se o próprio Governo tinha dificuldade em conseguir decidir sobre algumas matérias, porque tinha que aguardar pela própria evolução da situação, uma vez que desconhecia, tendo todos uma grande expectativa que tudo corresse pelo melhor, como é que se conseguia àquela data estar a antecipar.

Até no pacote das medidas que o Vereador Fernando José referiu, podia-se dar a circunstância de se ter que priorizar, e se tivesse que priorizar o que era que se priorizava. Eram aquelas questões que se iam discutir naquele momento sobre aquela situação ou seria, por exemplo, a resposta às IPSS, ou seriam as necessidades prementes de alimentação às pessoas mais carenciadas. Questionou se seria aquela a necessidade, porque disse não ser capaz de responder, mas que achava ser de uma grande irresponsabilidade, àquela data, dizer que perante uma circunstância que era desconhecida que podiam garantir que o pacote de medidas que os senhores ali apresentaram, que evocaram, conseguir-se ter a certeza que elas iriam ser priorizadas dali a um mês, porque não se sabia.

Referiu que a própria proposta enquadrava, uma vez mais, esse cenário e a Sra. Presidente já tinha disponibilizado e esta situação tinha que ser vista caso a caso e era prematuro estar-se ali a adotar algumas daquelas propostas.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** - Esclareceu que relativamente à questão das taxas de resíduos, elas estavam indexadas ao consumo de água e se os estabelecimentos estavam encerrados, provavelmente também não iriam ter consumo de água, ia ser contabilizado apenas os mínimos e isso também se ia refletir muito na fatura, uma vez que uma parte era fixa e a outra parte tinha a ver com o consumo de água.

**Sr. Vereador Fernando José** - Disse que a proposta ia mais além, que falava do movimento associativo, falava das IPSS e essas não estavam fechadas.

Respondeu à questão do senhor vereador, sobre o Partido Socialista estar disponível para fazer chegar as contas que fez, logo que a Câmara Municipal de Setúbal disponibilizasse as contas da impossibilidade de aplicação das medidas das propostas que tinham sido apresentadas.

**Sra. Presidente** - Disse que era show-off demais.

Mencionou que não se chamaria Maria das Dores se não dissesse ali algo que lhe doeu muito, porque queria passar a Páscoa um pouco mais leve.

Mencionou o facto de ser possível o PSD propor aqui uma proposta de contrapartida das isenções de taxas para não se despedir ninguém. Referiu que o PSD foi catastrófico, uma espécie de coronavírus, quando mandou as pessoas para fora do país para trabalharem, quando cortou salários às pessoas, tirou rendimentos, subsídios de férias e de natal e agora vinha com uma proposta destas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 143/20 – Proposta n.º 06/2020 – DCIRT/DITUR – Proposta de Adesão do Município de Setúbal à RPM - Rede Portuguesa de Moinhos e à TIMS – The International Molinological Society no âmbito do Moinho de Maré da Mourisca.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 144/20 – Proposta n.º 07/2020 – DCIRT/DITUR – Proposta de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação da Baía de Setúbal para a gestão da utilização da ponte-cais do Portinho da Arrábida e dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida e do Parque Marinho Luiz Saldanha.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Disse que iam votar favoravelmente aquela proposta, mas questionou o facto de no ano passado terem existido receitas recebidas antes do Regulamento de Taxas ser aprovado.

**Sra. Presidente** - Disse não se lembrar e não podia estar a responder sobre algo que não tinha a certeza e não se lembrava. Respondeu que poderia ir saber sobre isso e depois na próxima reunião dava a resposta.

**Sr. Vice-Presidente** - Esclareceu que as contas já estavam apuradas, o relatório de contas da associação também estava, mas como não seria possível reunir agora os órgãos só quando o Estado Emergência acabasse é que o poderiam fazer.

Explicou que o ano passado tinha sido atípico, porque só tinha começado em junho e não tinha sido possível cobrar as contas anuais da época. A do Portinho tinha dado um prejuízo de cerca de 5 mil euros, a de Galapos já tinha dado um resultado positivo de 1.500,00€. Tudo aquilo tinha sido compensado por outras atividades. Naquele ano também já iria ser prejudicial, uma vez que iriam ter dificuldade em fazer cobrança da época inteira, ia haver um atraso e era provável que não ia haver um ano normal.





A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS e 1 abstenção do PSD.

**12. Deliberação n.º 145/20 – Proposta n.º 07/2020 – GAF - Aditamento à Proposta 1A-GAF-2017-Acordo de Execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião.**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 146/20 – Proposta n.º 08/2020 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal, a Freguesia de S. Sebastião e a Freguesia de Azeitão.**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 147/20 – Proposta n.º 03/2020 – DAAE/SEMBEA – Protocolo de colaboração entre o Centro Hospitalar de Setúbal (Hospital Ortopédico de Sant'Iago).**

A Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 148/20 – Proposta n.º 44/2020 – DCDJ/DIJUV – Pousada de Juventude de Setúbal – Alteração da tabela de taxas.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 a 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 149/20 – Proposta n.º 12/2020 – DES/DIGEPE - Apoio financeiro à Associação de Pais da EB Brejoira.**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 150/20 – Proposta n.º 13/2020 – DES/DIGEPE - Protocolo entre o Município de Setúbal e a Direção-Geral de Política do Mar no âmbito do Programa Escola Azul.**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e vinte e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 6 de maio de 2020, por unanimidade, contém 38 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:  
Aldora Poeira  
Helena Cabrita

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio